

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Pablo Juan Candido da Silva

**DANDARA: Disputas em Torno do Sentido de Morar em uma Ocupação Urbana em
Belo Horizonte**

Belo Horizonte
2017

Pablo Juan Candido da Silva

**DANDARA: Disputas em Torno do Sentido de Morar em uma Ocupação Urbana em
Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre
em Ciências Sociais.

Orientadora Prof^a. Dr^a: Juliana Gonzaga Jayme

Belo Horizonte

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S586d	<p>Silva, Pablo Juan Candido da Dandara: disputas em torno do sentido de morar em uma ocupação urbana em Belo Horizonte / Pablo Juan Candido da Silva. Belo Horizonte, 2017. 99 f.: il.</p> <p>Orientadora: Juliana Gonzaga Jayme Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais</p> <p>1. Política habitacional - Belo Horizonte (MG). 2. Movimentos sociais. 3. Casa própria - Compra. 4. Direito à moradia. I. Jayme, Juliana Gonzaga. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p>
-------	---

SIB PUC MINAS

CDU: 333.32(815.11)

Revisão Ortográfica e Normalização Padrão PUC Minas de responsabilidade do autor.

Pablo Juan Candido da Silva

**DANDARA: Disputas em Torno do Sentido de Morar em uma Ocupação Urbana em
Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora Juliana Gonzaga Jayme

Prof^a. Dr^a. Juliana Gonzaga Jayme PUC Minas (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Wânia Maria Araújo UNA (Banca Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Luciana Teixeira de Andrade PUC Minas (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2017.

À minha mãe e minhas irmãs – pela paciência e pela falta dela também - pelo amor.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de estudos que me possibilitou ingressar no Mestrado do Programa de Ciências Sociais da PUC Minas.

À Juliana Gonzaga Jayme – minha orientadora - por me acompanhar nessa travessia.

À Ângela, Guilherme e Fabrício – funcionários do Programa - pela solicitude constante.

Aos professores pelos ensinamentos que levarei por toda vida. Agradeço especialmente à Prof.^a. Candice Vidal e Souza, por ministrar aulas instigantes e fazem-me reafirmar a escolha pelo ofício das Ciências Sociais constantemente.

À Profa. Dra. Luciana Teixeira de Andrade, pelos comentários e sugestões feitos durante o Exame de Qualificação e por aceitar o convite para compor a banca. Agradecimento que estendo à Profa. Dra. Wânia Maria de Araújo.

Aos colegas de Mestrado – muitos que se tornaram amigos - pela sorte em tê-los ao meu lado.

À Tércio Eliphas, pela escuta atenta, pelas estocadas necessárias e por me ensinar que os encontros difíceis, ficam mais leves, quando iniciados com um abraço – pelo cuidado.

Aos meus amigos: Levindo, Patrick, José, Daniel, Lilian, Cláudia, Clarissa, Ramiro, Tiago, Fernanda, Ludmila, Felipe, Luiz e Diego pelo apoio e pela torcida.

Decidiu-se por fim a proceder ao lançamento que obscuros pressentimentos o faziam há tanto tempo adiar. Não o surpreendeu muito a impossibilidade de arrastar pela areia até ao mar aquele casco de peso talvez superior a mil libras. Este primeiro fracasso revelou-lhe, todavia, a gravidade de um problema em que nunca tinha seriamente pensado. Serviu-lhe a ocasião para descobrir um aspecto importante da metamorfose que seu espírito sofria sob a influência da vida solitária. O campo da sua atenção parecia aprofundar-se e, ao mesmo tempo, estreitar-se. Tornava-se-lhe cada vez mais difícil pensar em várias coisas ao mesmo tempo, ou até passar para outro tema de preocupação. Descobriu assim que outrem é para nós um poderoso fator de distração, não apenas porque nos perturba constantemente e nos arranca ao pensamento atual, mas ainda porque a simples possibilidade do seu aparecimento lança um vago luar sobre um universo de objetos situados à margem da nossa atenção mas capaz a todo o momento de se lhe tornar o centro. Esta presença marginal e como que fantasmal das coisas com que, de imediato, não se preocupava apagara-se aos poucos no espírito de Robinson. Encontrava-se doravante rodeado de objetos submetidos à lei sumária do tudo ou nada, e fora assim que, absorvido na construção do Evasão, perdera de vista o problema de como o lançar à água. (Tournier, 1985, p.31-2).

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, tendo como foco de análise a Ocupação Dandara em Belo Horizonte. Assentamento Urbano forjado pelas Brigadas Populares, movimento pró-moradia que busca, por meio da ação de ocupação de terrenos que não cumprem a função social, a criação de oportunidades de moradia por segmentos da população não contemplados pelo mercado, e nem atendidos pelos programas do governo federal. O supracitado movimento social busca criar nesses espaços dispositivos urbanos de resistência à lógica capitalista. A pesquisa em questão aborda os distintos interesses averiguados entre os promotores do assentamento da população carente naquele espaço e aqueles manifestados pela população que o habita em torno da forma como é concebido a ideia de moradia pelos distintos sujeitos envolvidos nesta ação.

Palavras- chave: Dandara. Movimento de moradia. Casa própria. Ocupação urbana

ABSTRACT

This dissertation is about a qualitative research of ethnographic character, having as focus of analysis the Dandara Occupation in Belo Horizonte. An Urban Settlement promoted by the Brigades Poplars, a pro-dwelling movement that seeks the creation of housing opportunities through the occupation of lands that do not fulfill social function, and mobilizes segments of the population which are not served either by the market or by the social programs of the federal government. The aforementioned social movement seeks to create, in these spaces, some urban devices of resistance to capitalist logic. In face of this situation, this work deals with the different interests between the promoters of the settlement in a specific urban space (a settlement called Dandara) and those manifested by its inhabitants after six years residing in that territory.

Keywords: Dandara. Housing movement. Own home. Urban occupation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Moradores das Torres Gêmeas	33
Figura 2 - Moradores das Torres Gêmeas	34
Figura 3 - Cerco realizado pela PM.....	34
Figura 4 - Entrada da Ocupação Dandara.....	41
Figura 5 - Localização da Dandara nos mapas de Minas Gerais, Belo Horizonte e Regional da Pampulha.	43
Figura 6 - Assentamento provisório da Dandara	46
Figura 7 - Terreno da Dandara entre 04 de abril e 12 de julho de 2009.....	52
Figura 8 - Configuração atual da ocupação Dandara (1).....	65
Figura 9 - Configuração atual da ocupação Dandara (2).....	65
Figura 10 - Terreno da Dandara em 18/10/2011	72
Figura 11 - Foto dos postes com as ligações clandestinas de luz.	81
Figura 12 - Foto das ruas sem asfaltamento da Ocupação Dandara.....	82
Figura 13 - Área lateral ao Centro Comunitário Professor Fábio Alves.	84
Figura 14 - Centro Comunitário Professor Fábio Alves.....	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Croqui do terreno parcelado em lotes de 1000m ²	75
Mapa 2 - Croqui do terreno parcelado em lotes de 1000m ² (rede hidráulica).....	76
Mapa 3 - Croqui do terreno parcelado em lotes de 128m ²	78
Mapa 4 - Croqui do terreno parcelado em lotes de 128m ² (rede hidráulica).....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ocupações Urbanas realizadas em Belo Horizonte e Região Metropolitana até setembro de 2014.....	40
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADE	Área de Diretrizes Especiais
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
BNH	Banco Nacional de Habitação
CDH	Comissão dos Direitos Humanos
CEMIG	Companhia de Energética de Minas Gerais
CJ21	Grupo 21 de Junho
COAU	Cooperação de Ofício de Arquitetura e Urbanismo
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
FCP	Fundação da Casa Popular
FJP	Fundação João Pinheiro
IAP	Institutos e Caixas de Aposentaria e Pensões
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOP	Liga Operária
LPM	Liga Popular por Moradia
PMCMV	Minha Casa Minha Vida
MLB	Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas
MP	Ministério Público
MST	Movimento dos Sem Terra
ONU	Organizações das Nações Unidas
OPH	Orçamento Participativo da Habitação
MORENA	Movimento Revolucionário Nacionalista
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PC	Partido Comunista
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PT	Partido dos Trabalhadores
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PUC- Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
RMBH	Região Metropolitana de Minas Gerais
SAJ	Serviço de Atendimento Jurídico

SAMU Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SBPE Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SFH Sistema de Financiamento Habitacional
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
URBEL Companhia Urbanizadora de Minas Gerais
TJMG Tribunal de Justiça de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Procedimentos Metodológicos	20
2 AS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRA E A LUTA PELA MORADIA ...	22
2.1 A Política habitacional no Brasil: breve histórico	22
2.2 As Ocupações e a luta por moradia	31
2.2.1 Torres Gêmeas	32
2.2.2 Ocupação Corumbiara	36
2.2.3 Caracol e as ocupações João de Barro	37
2.3 Dandara: luta pela conquista do território	41
2.3.1 Ocupação de um território: modo de fazer	44
3 OS SENTIDOS DE OCUPAR DANDARA: AS BRIGADAS POPULARES	55
3.1 As Brigadas Populares	55
3.2. Ocupar: controvérsias entre ação política e o projeto de vida.	58
4 OS SENTIDOS DE OCUPAR DANDARA: OS MORADORES.....	66
4.1 Breve história dos moradores	66
4.2 A "descida para o lote": ato político, ação de fé.....	71
4.3 Minha Casa Partilhada?	74
4.4 A casa como propriedade mercantil	84
4.5 Ocupação: devir bairro ou espaço de resistência?	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS	92
ANEXO.....	98
ANEXO I – Quadro de Entrevistas	98

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por base uma etnografia sobre o processo de transformação ocorrido em uma ocupação urbana a partir da perspectiva dos sujeitos que a habitam e/ ou a planejam. Trata-se da análise sobre as formas de articulação existentes entre as famílias de baixa renda que ocupam o terreno vazio e os movimentos sociais de luta por moradia. A análise aqui aventada, tem como objeto de análise a ocupação Dandara, assentamento urbano realizado em 2009, na cidade de Belo Horizonte, e as Brigadas Populares, organização política, surgida na capital mineira na primeira década dos anos 2000, tendo como um dos objetivos de luta¹ a reivindicação da provisão de moradia social² para a população pertencente aos segmentos mais baixos de emprego e renda.

As ocupações urbanas com a finalidade de moradia devem ser analisadas tendo em vista a configuração do povoamento das metrópoles entre nós. Historicamente, as questões referentes à realidade urbana têm assumido lugar de destaque nas discussões sobre o rumo a ser tomado pelas cidades, a partir da retomada analítica de problemas históricos que nunca foram de todo resolvidos. Essas questões não são exclusivas das cidades brasileiras, uma vez que assolam diversas cidades do mundo, ganhando proporções globais e refletindo problemáticas do nosso tempo (FERNANDES, 2016, p. 31).

No Brasil, a partir do final do século XIX e início do XX, nota-se um crescimento exponencial das camadas populares, o que, naturalmente, gerou aumento da demanda habitacional. As razões para esse fenômeno podem ser explicadas pela concentração das atividades econômicas associadas à migração do campo para as cidades³, assim como da imigração de trabalhadores europeus, que chegaram ao país para substituírem o braço escravizado nas fazendas, ou para trabalharem na indústria nascente (MARICATO, 1997; NOBRE, 2008; VAZ, 1994; VILLAÇA, 2001).

Frente à demanda habitacional, o poder público ofereceu subsídios às empresas privadas para que elas financiassem a construção de casas populares destinadas a essa

¹ Tendo em vista a perspectiva etnográfica de problematização dos fatos sociais neste trabalho, “luta” é usado como uma categoria nativa. Esta foi frequentemente acionada pelos sujeitos ao longo da pesquisa, seja para se referirem à vida anterior à ocupação — moradia de má qualidade, alugueis caros, mudanças constantes — ou mesmo à vida após a ocupação — incerteza em relação à permanência, invisibilidade estatal, etc. “Estar na luta” não é uma ação pensada como algo que tem fim, mas como um estado permanente.

² O termo “moradia social” deve ser compreendido como uma das variações terminológicas para se referir à habitação realizada pelo Estado com vista ao atendimento da população que se encontra fora da “faixa de mercado”. Outras definições que tive a possibilidade de ter contado em campo foram: “habitação de interesse social”, “habitação social” e “moradia popular”.

³ Migração da população branca camponesa em busca de melhores oportunidades nos centros urbanos, e da população negra escravizada em razão do fim da escravidão.

população. Apesar do aumento da demanda por moradia, também nessa época várias cidades implementaram reformas urbanas (ou foram planejadas sob o signo da modernidade, caso de Belo Horizonte), agravando o problema, pois eram comuns habitações coletivas — os chamados cortiços — que, considerados insalubres, só poderiam se manter se fossem readequados a partir de diferentes regras, cabendo ao Estado sua fiscalização⁴.

Ambas as alternativas — a conquista de uma casa de acordo com o novo padrão, ou a adequação dos cortiços às regras exigidas —, entretanto, impunham um custo financeiro muito acima das possibilidades de consumo desses trabalhadores e, diante disso e das sanções cada vez mais duras para quem descumprisse as regras, vários cortiços foram fechados no Rio e em São Paulo (VAZ, 1994). As obras de saneamento e embelezamento das cidades, mais compatível com o modelo econômico que se instaurava, promoveram a limpeza e a reconstrução completa do centro citadino e a desobstrução da área central para a circulação do capital e como local de moradia das camadas médias e altas da população (MARICATO, 1997; SILVA, 1989). O resultado desse processo foi um espaço urbano diferenciado, onde as camadas mais abastadas ocuparam as áreas centrais mais bem providas dos equipamentos urbanos, enquanto os setores de menor renda foram expulsos para a periferia, notadamente áreas deficientes em relação à provisão desses fatores (NOBRE, 2008).

Se o processo de segregação espacial no Rio de Janeiro e em São Paulo foi marcado pela expulsão da população de baixa renda do centro para as periferias e morros dessas cidades, no caso da primeira capital planejada do país, Belo Horizonte, tal modelo segregacionista já foi incorporado ao projeto (LE VEN, 1977)⁵.

Inaugurada em 1897, e portanto concebida a partir dos ideais da nova ordem republicana, Belo Horizonte foi planejada tendo como inspiração os padrões estéticos da Paris de Haussmann e da Washington de L’Enfant, onde se podia observar o predomínio de linhas retas e avenidas largas “resultando num verdadeiro jogo de xadrez” em que a movimentação das pessoas, bens e mercadorias deveriam se dar de forma racional e previsível, capaz de honrar o lema da recém-instaurada forma de governo: “ordem e progresso” (DUARTE, 2007).

A nova capital de Minas Gerais tinha o espaço citadino dividido em três zonas: a área central, que compreendia o perímetro da Avenida do Contorno tendo como eixo central a

⁴ Para o caso do Rio de Janeiro, cf. VAZ, 1994.

⁵ Segundo Sônia Marques (2000), a adoção de um projeto segregacionista, buscando determinar quais espaços poderiam ser ocupados, e por quais grupos sociais, resultou na ocupação irregular de duas áreas – a do Córrego do Leitão e a do Alto da Estação – quando da inauguração da nova capital.

Avenida Afonso Pena (área urbana); uma área suburbana, e outra rural. As últimas eram percebidas por aqueles que residiam no interior do perímetro urbano como lugares perigosos e insalubres, marcados pela construção de barracões e “cafuas”, além de contarem com maior densidade populacional (DUARTE, 2007). De acordo com o autor, o zoneamento do espaço, assim como a ocupação do solo, deixa claro o direcionamento para as camadas altas e médias da sociedade.

O Plano Urbanístico da Cidade desenvolvido por Aarão Reis pode ser visto, ele próprio, como segregador, tendo em vista que ele estabelecia a dimensão dos lotes e, ao oferecer lotes idênticos, os seus valores não sofriam grande variação. Desse modo, mantinha o interesse das camadas mais abastadas e impedia o acesso desses lotes às camadas populares (ALVES, 2015). Soma-se a essa postura segregacionista o fato de o Estado ser o maior detentor de lotes e de distribuí-los de forma antidemocrática, privilegiando os funcionários e os proprietários de terra da antiga capital, Ouro Preto, como forma de incentivar a mudança de uma população ainda reticente em se transferir para a nova capital (ALVES, 2015).

No afã de compor um zoneamento urbano em sintonia com os valores estéticos da nova república e ao alijar a população operária do espaço metropolitano, esta acaba residindo nas zonas agrárias e suburbanas da nova capital. Com o crescimento da cidade, no entanto, essas áreas se tornaram (e ainda são) de interesse do mercado imobiliário, impondo aos seus moradores a desapropriação. Esse processo tende a não ter fim, e o que se nota é o deslocamento da população mais pobre para áreas cada vez mais afastadas do centro urbano (ALVES, 2015). O resultado dessa dinâmica é a estruturação de um espaço urbano marcado pela diferenciação e pela segregação socioespacial, sendo que os segmentos de rendas médias e altas ocupam as áreas centrais, providas de toda sorte de equipamentos e serviços, e às camadas de baixa renda são destinadas as áreas periféricas (NOBRE, 2008).

É justamente diante da situação de marginalização social vivenciada por parte significativa da população brasileira que emergem os movimentos sociais de luta por moradia, que agem ocupando terrenos e edifícios vazios. É nesse cenário de profunda desigualdade social que as ocupações urbanas emergem na tessitura social como estratégia de luta pela efetivação dos direitos de moradia e acesso às políticas públicas para determinada parcela da população.

Nos últimos anos, surgiram em Belo Horizonte e região metropolitana, diferentes ocupações urbanas, entre as quais Dandara, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Zilah Spósito, Helena Greco, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá. Essas ocupações organizadas,

pertencem a diferentes movimentos, entre os quais podemos destacar o Movimento de Luta por Moradia nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); o ConLutas; e as Brigadas Populares, organização à qual a Dandara encontra-se vinculada.

Como indiquei, este trabalho analisa a ocupação Dandara a partir de uma etnografia na ocupação, e tem como objetivo central discutir os sentidos do morar elaborados pelos residentes e pelos militantes das Brigadas Populares, que vivem ou não em Dandara. Esses sentidos são coincidentes? Em seis anos de ocupação é possível observar conflitos entre a representação dos moradores e dos militantes? Esses últimos afirmam que para ocupar um terreno é necessário passar por uma formação política capaz de criar uma consciência crítica à propriedade privada nos futuros moradores. Essa formação política é capaz de atingir seus objetivos? Essas foram algumas questões que nortearam a pesquisa que resultou nesta dissertação.

O trabalho partiu das seguintes hipóteses: os militantes das Brigadas Populares e os moradores (não militantes) da ocupação elaboram sentidos distintos em torno da luta por moradia. Enquanto a luta dos primeiros enfatiza o direito à cidade, o centro das preocupações dos ocupantes é a moradia. Ao longo deste trabalho, argumento que esta percepção pode ser reforçada na medida em que as observações feitas ao longo da pesquisa de campo sinalizaram que 1) apesar de acionarem o discurso da função social da moradia para justificar a ocupação, os moradores (não militantes) percebem a propriedade como o bem que lhe havia sido negado até aquele momento; e que 2) se há clara convergência entre os interesses e objetivos dos moradores e das lideranças no momento em que se ocupa o terreno, manifestada na identificação de um inimigo comum — o aparelho estatal —, à medida que a ocupação perdura há um arrefecimento desse embate e o surgimento das diferenças internas em relação ao sentido da ocupação.

Tendo em vista esse conjunto de questões, esta dissertação está dividida em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. O primeiro capítulo versa sobre as Políticas Habitacionais no Brasil e a Luta pela Moradia, e está dividido em duas seções: na primeira há um breve histórico da política habitacional, iniciando na gestão Getúlio Vargas até o recente Programa *Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)* implementado no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010). Na segunda, em um primeiro momento, o foco se dirige ao surgimento das ocupações urbanas, com destaque para aquelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, e, na sequência, descrição mais detida da ocupação Dandara, tema deste estudo.

No segundo capítulo, "Os Sentidos de Ocupar Dandara: as Brigadas Populares", analiso os modos como os militantes e lideranças das Brigadas Populares representam a luta por moradia e os significados de ocupar. Ainda nesse capítulo, há uma descrição do coletivo e dos seus objetivos, que vão além da luta⁶ por moradia.

O capítulo 3, "Os sentidos de ocupar Dandara: os moradores", aborda a configuração atual da ocupação Dandara, os novos agentes e os possíveis (des)acordos existentes entre eles.

As considerações finais são destinadas à síntese das discussões ao longo do texto e a breves comentários sobre as possíveis contribuições para uma abordagem etnográfica das ocupações urbanas.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Os primeiros passos em direção à elaboração de um projeto de pesquisa cujo tema eram as ocupações urbanas, surge do impacto causado pelo contato que tive com a Ocupação Dandara, quando acompanhei, mesmo que superficialmente, o processo de resistência realizado pelos movimentos sociais, membros da sociedade civil, instituições universitárias e jurídicas assim como de seus moradores, no sentido de permanecer num local ocupado. A estratégia de enfrentamento aberto ao Estado, como forma de luta pelo direito à moradia despertou em mim o interesse por acompanhar aquela realidade até aquele momento desconhecida. Crescendo em um país com tamanhas desigualdades sociais e em um grande centro urbano, onde "morro" não se refere somente àquela elevação geográfica, mas, também aos aglomerados urbanos, as soluções habitacionais encontradas pelos mais pobres não são novidade. Mas, o componente político levado a cabo por um movimento que conseguia organizar uma ação de ocupação pela reivindicação da moradia, surgia, ao menos para mim, como um fato original em nossa sociedade.

O projeto de pesquisa foi realizado tendo como referência as vistas realizadas em anos anteriores à ocupação Dandara. Foi nestas visitas que me interessei pela história de vida daqueles moradores e as motivações que os levaram a se inserir naquela ação. Nesse momento, acreditava em poder realizar a pesquisa unicamente tendo como campo a Ocupação Dandara, mas, ao iniciar a pesquisa, percebi que era fundamental analisar as Brigadas

⁶ Ainda que, como observado em relação ao uso do termo "luta", o que está em jogo na noção de "estar na luta" não é apenas algo que tem fim, mas algo como um estado permanente.

Populares para a compreensão das relações que se desenrolavam naquele assentamento urbano. Se em um primeiro momento o que me movia era a busca pela compreensão dos processos de resistência expressos pelos moradores ao estabelecer com os ocupantes uma relação mais intensa, fui surpreendido por uma dinâmica social muito mais profícua que a simples descrição sobre as motivações para ocupar aquele território e as formas como se dão a construção de um discurso organizado em torno do direito à moradia. Para o meu espanto as relações se davam de uma forma muito mais complexa e desafiadora que poderia supor.

O trabalho foi realizado a partir de uma etnografia na Ocupação Dandara durante seis meses. Visitei regularmente o assentamento urbano nos dias uteis e periodicamente passei os finais de semana lá. Mantive um rodizio entre casas de três interlocutores que me aceitaram como hóspedes e cederam o quarto dos filhos para que eu pudesse passar as noites. Esse período se revelou fundamental para a realização do trabalho, oferecendo subsídios para que a tarefa de olhar, ouvir e escrever, descrita por Roberto Cardoso de Oliveira (2006) como requisitos fundamentais ao ofício do antropólogo, fosse realizada plenamente. Todas as casas em que me hospedei contam com dois quartos, banheiro, cozinha e uma pequena área na frente para o cultivo de horta familiar. Esse é o modelo padrão das casas em Dandara.

As entrevistas realizadas com moradores que se fixaram na ocupação no primeiro dia da ação possibilitam conhecer as experiências vividas por quem realiza a ação e as razões que levaram à ocupação. É importante também para confrontar com o que dizem os moradores recentes e militantes não residentes em Dandara. Realizei quinze entrevistas semiestruturadas com pessoas que possuem alguma vinculação com a Ocupação, dividida da seguinte maneira: três entrevistas com militantes das Brigadas Populares que exerceram cargos de liderança, mas não residem na ocupação; quatro com moradores que se auto intitulam brigadistas; sete com moradores que não possuem vínculos com a organização de luta por moradia e por fim, uma entrevista com o arquiteto responsável por elaborar o Plano Urbanístico da Dandara. As informações referentes a cada um dos entrevistados encontram-se no Anexo I deste trabalho. Por fim, a observação direta dos fatos mostrou-se fundamental por expor tensões que não seriam expostas em uma entrevista ou durante uma conversa informal.

2 AS POLÍTICAS HABITACIONAIS BRASILEIRA E A LUTA PELA MORADIA

Este capítulo encontra-se dividido em duas partes: “A Política habitacional no Brasil: breve histórico” e “Ocupações e a luta por moradia”. Optou-se por iniciar o texto fazendo um panorama histórico da política habitacional brasileira em razão do tema da pesquisa estar inserido em um contexto maior que reflete a histórica incapacidade do Estado brasileiro em solucionar o déficit habitacional da população mais pobre. Assim, haverá um breve resumo das políticas habitacionais desde o Governo Getúlio Vargas até a mais recente e, ainda, em operação, o *Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)*, implementado no segundo mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010)⁷.

Apesar das políticas habitacionais implementadas do Governo Vargas em diante terem representado um avanço em relação ao cenário anterior, pode-se dizer que elas não se constituíram em políticas habitacionais capazes de solucionar a demanda por habitação da população pertencente aos estratos mais pobres. Acredita-se que essa incapacidade contribuiu para que esse segmento buscasse no mercado informal ou nas ocupações (espontâneas ou organizadas) uma forma de acesso à moradia.

Na segunda parte do capítulo, inicialmente a discussão se volta para o surgimento das ocupações urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte e, em seguida, descreve-se a ocupação Dandara, objeto de estudo desta dissertação.

2.1 A Política habitacional no Brasil: breve histórico

Os diversos planos habitacionais implementados desde o governo Getúlio Vargas guardam entre si algumas semelhanças. Todos eles foram elaborados sob o argumento de enfrentamento do déficit habitacional, a partir de uma forte articulação entre o setor produtivo e o Estado. Esta conexão entre agentes possibilitou a emergência de políticas habitacionais que tinham como propósito forjar mecanismos que aquecessem o setor da construção civil para as faixas de mercado (acima de três salários mínimos) em detrimento de uma política habitacional voltada ao combate do déficit

⁷ Em 06 de fevereiro de 2017, o governo federal anunciou a quarta fase do Minha Casa, Minha Vida. Segundo dados disponíveis do Ministério das Cidades, o governo tem como meta a contratação de 610 mil unidades habitacionais para as famílias com renda mensal de até 9000 reais.

habitacional da população mais carente, justamente o estrato social em que se encontra a maior demanda por habitação.

Os primeiros anos do regime republicano brasileiro tiveram um viés liberal, que era contrário à promoção de política pública voltada para a população menos favorecida econômica ou socialmente. Nessa época, porém, iniciou-se o processo de urbanização no país, o que contribuiu sobremaneira para o crescimento da demanda habitacional⁸, devido ao fluxo migratório da população campesina para os centros urbanos, o Estado precisou rever sua posição (BONDUKI, 1982).

Portanto, até o final dos anos 1920, a habitação era conduzida pelo setor privado, porém a partir dos anos 1930, com Getúlio Vargas, fatores como o incremento populacional nos centros urbanos, o aumento cada vez mais expressivo do déficit habitacional, o crescimento das favelas e a pressão social para que atuasse na provisão de moradias fizeram com que o Estado revisse a sua posição de não intervenção no setor habitacional.

A criação de Institutos e Caixas de Aposentaria e Pensões (IAP) marca o início da participação estatal na política de fomento e provisão de moradias e de proteção do inquilinato. Se a revolução de 1930 foi empreendida por chefes da oligarquia e pelo próprio Getúlio Vargas, ela própria foi fundamental para a decadência do sistema oligárquico e para a ampliação institucional das bases sociais do Estado (WEFFORT, 1978). Como os setores médios e industriais foram incapazes de substituir a oligarquia nas funções do Estado, Vargas estabeleceu um novo pacto, dessa vez, com o povo, pois os grupos que detinham o poder – as classes médias, tenentes e oligarquias periféricas – não podiam oferecer legitimidade ao Estado. Assim, forja-se um novo sujeito histórico – as massas populares urbanas – que passa a garantir legitimidade ao novo Estado. Nabil Bonduki (1994) descreve as estratégias adotadas pelo governo Vargas:

Assim legitimado e de certa forma pairando sobre todas as classes, o que significa abrir-se a todos os tipos de pressões sem subordinar exclusivamente aos objetivos imediatos de qualquer uma delas, o Estado brasileiro pode formular pós 30 uma política social e econômica que apesar de, às vezes, ser contraditória e descontínua apresenta características bem definidas (BONDUKI, 1994, p. 716).

⁸ Em função do fluxo migratório para os centros urbanos, em especial Rio de Janeiro e São Paulo. Essa última cidade viu sua população saltar dos 40 mil, em 1886, para 260 mil, em 1900, e nos vinte anos seguintes para 580 mil habitantes (VAZ, 1994).

Para impulsionar a economia dirigida aos trabalhadores e se mover entre os interesses de uma classe média, sem horizontes políticos, e os setores oligárquicos, que não mais garantiam a base de sustentação do sistema político, o novo governo teve que firmar uma política de conciliação entre os atores envolvidos (AZEVEDO E ANDRADE, 1982). Tal pacto não permitia que os grupos envolvidos garantissem para si a hegemonia política, evitando que interesses de segmentos específicos fossem apresentados como expressão dos interesses comuns (WEFFORT, 1978).

Embora essa nova orientação por meio dos Institutos e Pensão se mostrasse débil no combate ao déficit habitacional, tendo em vista que os seus beneficiários estavam restritos aos associados, diminuiria o custo da reprodução da força de trabalho, além de ampliar a legitimidade do Estado, uma vez que a habitação sempre representou um dos problemas mais graves (e de difícil solução) vividos pela classe trabalhadora. A formulação de uma política de provisão de moradias e de proteção do inquilinato, segundo Bonduki (1994), gozava de ampla aprovação popular que via no governo a preocupação com os menos favorecidos.

Apesar de as primeiras ações de implementação de uma política habitacional terem ocorrido durante os anos Vargas, somente em 1946, quando Eurico Dutra (1946-1951) venceu as eleições presidenciais, foi criada uma agência nacional dirigida, exclusivamente, à construção de casas populares. A Fundação da Casa Popular (FCP) surgiu devido à avaliação do governo recém-eleito de que necessitaria formular uma política de Estado capaz de legitimá-lo diante do operariado, que havia dado ao Partido Comunista (PC) uma votação significativa nos grandes centros urbanos⁹. Uma massa urbana crescente era progressivamente incorporada à arena política e encontrava, no recém-criado Ministério do Trabalho e nas agências de bem-estar social, os canais para se expressar institucionalmente (MELLO, 1990).

É nesse contexto, portanto, que essa administração buscou se legitimar politicamente. O governo recém-empossado em questão encontrou no aceno à possibilidade da conquista da casa própria aos trabalhadores urbanos a “moeda de troca” capaz de garantir a estabilidade social almejada pela gestão federal (AZEVEDO E ANDRADE, 1982; CARDOSO, 2008).

⁹ O PC neste pleito perfez 9% do eleitorado, levando à conquista de 14 cadeiras na Câmara e uma no Senado. Ademais, o seu candidato à Presidência descrito pelos autores como alguém pouco conhecido conquistou, nessa mesma eleição, 600 mil votos (Azevedo e Andrade, 1982).

Durante a primeira metade dos anos 1950, os objetivos da Fundação da Casa Popular foram descaracterizados e a produção imobiliária perdeu espaço para execução de obras urbanísticas (CARDOSO, 2008). Apenas no governo Juscelino Kubitschek (1956-61) a produção imobiliária da FCP foi retomada, atuando principalmente em Brasília, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Entretanto, a instituição enfrentou entrave para se consolidar nos demais estados: ausência de recursos próprios e de uma ação articulada entre os órgãos estatais. (AZEVEDO; ANDRADE, 1982).

Em agosto de 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) em substituição ao Fundo da Casa Popular (FCP), vista como uma instituição irrecuperável pelo governo militar, devido à sua ligação com a Era Vargas. Herdeiro da política habitacional da FCP, o BNH também atuava como uma contraofensiva política, com o propósito de pacificar a sociedade após o golpe militar, oferecendo ao trabalhador assalariado a possibilidade de vir a se tornar proprietário (AZEVEDO E ANDRADE, 1982; ROLNIK, 2015). Como afirmou Roberto Campos (ministro da Fazenda de Castelo Branco, 1964-67), “o proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças e torna-se um aliado da ordem”. Esta opinião vai ao encontro do que afirmou Sandra Cavalcanti — que viria a assumir a presidência do BNH — em carta ao então presidente Castelo Branco, na qual sugeria uma nova política habitacional, centrada nos grandes centros urbanos, capaz de atuar “de forma amenizadora e balsâmica sobre as feridas cívicas” (AZEVEDO E ANDRADE, 1982)¹⁰.

Apesar do seu propósito inicial de atendimento às parcelas menos favorecidas economicamente, desde o início, o BNH não conseguiu contemplar satisfatoriamente este estrato da população. Na sua primeira fase (1964-1969), 40% do total de casas produzidas por este sistema de financiamento era destinada ao mercado popular, cumprindo os propósitos do governo. A segunda fase (1970-1974), no entanto, foi marcada pelo esvaziamento na concessão de moradias para esse segmento, o que pode ser explicado pela perda do poder de compra do salário mínimo, que inviabilizou o financiamento de novas unidades habitacionais. Na impossibilidade de acesso ao crédito formal, os estratos mais carentes da população migraram para as periferias urbanas, adquirindo lotes não regularizados e adotando o sistema de autoconstrução para suas

¹⁰Ambas as posições acima expressam a preocupação demonstrada nos primeiros momentos pela Ditadura em fazer da política habitacional, baseada na aquisição da casa própria, um poderoso instrumento de distensionamento social, através da dinamização da economia e da geração de emprego. O que veio a transformar a construção civil num dos elementos centrais da política econômica durante esse período (AZEVEDO E ANDRADE, 1982; BOUNDUKI, 2008; ROLNIK, 2015).

moradias. Isso levou o Estado a intervir, aumentando a fiscalização nas áreas periféricas dos centros urbanos, o que acarretou o aumento do valor dos lotes nessas regiões, o surgimento de novas favelas e o crescimento das existentes.

A partir do início de 1975, com o objetivo de conter o processo de favelização, o governo federal cria, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), uma série de projetos alternativos baseados na autoconstrução – como o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB) voltado ao atendimento das famílias não contempladas pelo BNH (AZEVEDO E ANDRADE, 1982). O impulso dado às construções de casas populares, por meio do fortalecimento da Companhia de Habitação (COHAB) e de empreendimento de grandes conjuntos habitacionais, foi rejeitado por parte da sua população-alvo, sob a alegação de que as áreas oferecidas para a provisão de moradia eram afastadas do centro e carentes de toda sorte de equipamentos urbanos¹¹ e serviços (ROLNIK, 2015).

O BNH foi extinto em 1986, durante o governo Sarney (1985-90). Segundo Ermínia Maricato (1987) o programa deixou como marcas o baixo planejamento e reduzida integração das políticas públicas. Além disso, as famílias com renda de até 3 salários mínimos (público para o qual a política foi fomentada) foram as menos favorecidas pelo programa habitacional (MARICATO, 1987). Estima-se que durante as duas décadas de atuação do BNH foram construídas 16 milhões de unidades habitacionais, sendo 4,5 milhões financiadas, mas apenas 1/3 destinadas aos setores populares.

De acordo com Bonduki (2009), os resultados das ações levadas a cabo pelo BNH, em seus vinte e dois anos de atuação, foram bastante significativos do ponto de vista quantitativo. Tendo sido financiadas, durante esse período, mais de 4 milhões de unidades habitacionais, sendo 2,4 milhões para as classes populares e 1,9 milhão de moradias ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) para a classe média. Quando se considera as habitações financiadas por meio do SFH, órgão que manteve sua atuação até os anos 2000, o número de unidades habitacionais sobe para 6,5 milhões.

¹¹ Os equipamentos urbanos são elementos que instalados no espaço urbano, complementam as atividades exercidas no mesmo. São importantes para trazer conforto, qualidade e segurança aos usuários. Sua instalação pode ser de maneira coletiva ou individual, dependendo da função que este irá exercer. Podemos citar alguns itens, como pontos de ônibus, bancos para assento, postes de iluminação, lixeiras, posto de saúde entre outros.

Durante a gestão de Fernando Collor (1990-92), foi lançado o PAIH (Plano de Ação Imediata para Habitação), que propunha o financiamento de 245 mil moradias em 180 dias, o que não se concretizou. No governo Itamar Franco (1992-1995), foram lançados dois planos voltados para a construção de casas para a população de baixa renda: o “Habitar Brasil” e o “Morar Município”, sendo que os entraves apontados para a sua realização foram as exigências legais que, em muitos casos, acabaram por impedir que os municípios captassem os recursos necessários à implementação do programa (DENALDI, 2003).

Ronilk (2011) afirma que os anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foram marcados pelo reconhecimento da regularização fundiária. A ação mais significativa tomada pelo governo, no início dos anos 2000, foi a aprovação da Lei 10.257, conhecida como o Estatuto das Cidades. Esse Estatuto foi avaliado pelos movimentos de luta por moradia como um marco social, uma vez que dispunha de dispositivos legais que dotavam o poder público de instrumentos necessários para desburocratizar o acesso a terrenos vazios e/ou subutilizados em áreas portadoras de equipamentos urbanos para a construção de habitação de interesse social¹².

Apesar das iniciativas acima descritas, os anos 1990 e o início dos 2000 foram marcados pela ausência de uma política habitacional de âmbito nacional. De acordo com Cardoso et al. (2011), o que se viu durante os anos que se seguiram à extinção do BNH foi a implementação de sucessivas políticas imobiliárias que tiveram como traço a descontinuidade administrativa e o baixo grau de planejamento e de integração com as outras políticas urbanas. O vazio deixado pelo BNH foi preenchido por uma política econômica de viés neoliberal, que buscou aquecer o mercado imobiliário por meio da provisão de moradias voltadas para os segmentos médios e médios altos da população. Assim, coube ao Estado a tarefa de aprovar as legislações e os instrumentos financeiros capazes de garantir aos investidores a proteção aos investimentos realizados (CARDOSO et al. 2011).

A chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República foi cercada de grandes expectativas pelos atores ligados aos movimentos sociais de luta por moradia, que viram na ascensão do partido ao governo federal, a possibilidade de

¹² O Estatuto da Cidade foi criado para regulamentar o capítulo sobre “Política urbana” que consta na Constituição Federal de 1988. Essa lei cria uma série de instrumentos com vistas à gestão mais democrática da cidade, por meio do planejamento participativo e da função social da propriedade. No entanto, como apontado por, Raquel Rolnik (2011) esses dispositivos são raramente utilizados, tendo em vista que contrariam os interesses dos grupos dominantes.

implementação de uma política habitacional formulada a partir de propostas e seminários realizados com os segmentos da sociedade envolvidos com a temática. Surgido, no âmbito do Instituto *Cidadania*¹³, o Projeto *Moradia*¹⁴, propunha a criação de um ministério (Cidades) assim como a implementação Conselho Nacional das Cidades e órgãos correlatos nos estados e municípios, que teriam por prerrogativa a fiscalização dos fundos de habitação destinados a subsidiar o acesso de famílias de baixa renda à terra urbanizada e habitação (BONDUKI, 2009; KLINTOWITZ, 2016; PEQUENO; ROSA, 2016).

No entanto, como aponta Danielle Klintowitz (2016), durante a gestão do Partido dos Trabalhadores, a substituição de uma agenda voltada para o setor produtivo por uma atrelada às premissas da reforma urbana não se concretizou. O governo Lula optou por uma estratégia de negociação em que os movimentos de moradia, passaram a ter direito a se sentar à mesa de negociação com o setor produtivo. Esse modelo de negociação veio a se tornar a marca da sua gestão: a conciliação de interesses, uma estrutura de arbitragem, com propósito de agradar todos os setores e classes de forma a minimizar os conflitos, radicalizações e mobilizações contrárias.

Quando estourou a crise imobiliária dos Estados Unidos, em 2008, tanto o crédito imobiliário quanto o número de unidades habitacionais produzidas no Brasil, estavam em franca expansão. O mercado imobiliário atravessava um período de grande euforia em razão da reforma institucional do setor que garantia alguma segurança nos negócios. A promessa das incorporadoras era de 200 mil unidades habitacionais e, para isso, as grandes empresas do ramo investiram expressivamente em banco de terra (ROLNIK, 2015). Entretanto a crise hipotecária americana fez com que essas incorporadoras, frente ao temor de contágio de toda a cadeia produtiva, propusessem ao Estado alternativas para o enfrentamento da crise econômica internacional (ROLNIK, 2015).

O Programa *Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), anunciado em 2009, foi resultado do diálogo entre a Casa Civil e o Ministério da Fazenda com os setores imobiliários e da construção civil, que elaboraram um “pacote habitacional” baseado na experiência do setor imobiliário do Chile e do México. A proposta acordada entre

¹³ Instituto Cidadania, hoje, Instituto Lula, após a derrota de Lula na eleição presidencial de 1989. A organização não governamental tinha por objetivo a criação de uma espécie de gabinete paralelo que se contraporias às políticas públicas ao governo Fernando Collor.

¹⁴ Programa formulado pelo então Instituto Cidadania com vistas a equacionar o déficit habitacional brasileiro.

Estado e mercado tinha como pilar a concessão estatal de subsídios aos compradores dos imóveis, além da facilitação do acesso ao crédito hipotecário. Desta maneira, os efeitos da crise imobiliária internacional seriam dirimidos pela indução do crescimento econômico, tendo em vista que a construção de moradias geraria “um efeito multiplicador na economia”, além de um volume expressivo de empregos, com baixa exigência de mão de obra qualificada, mas capaz de manter a renda e o consumo da população (CARDOSO *et al* 2011; KLINTOWITZ, 2016; ROLNIK, 2015).

O *Programa Minha Casa Minha Vida* trata-se de um pacote habitacional que, em primeira versão, contou com um aporte estatal de 34 bilhões de reais¹⁵ tendo por meta a produção de um milhão de unidades habitacionais nos dois anos seguintes (ARANTES E FIX, 2009). Com habitações destinadas à população com rendimentos de até dez salários mínimos, o programa encontrava-se dividido em três faixas de renda: (i) a primeira (totalmente subsidiada) entre zero e três salários mínimos (400 mil unidades habitacionais); (ii) a segunda entre três e seis salários mínimos (300 mil unidades habitacionais); (iii) a terceira entre seis e dez salários mínimos (300 mil unidades habitacionais). A produção de um milhão de unidades habitacionais representaria, segundo projeções do governo, uma diminuição de 16% no déficit habitacional total (ARANTES; FIX, 2009).

De acordo com Arantes; Fix (2009), o desenho adotado pelo PMCMV, com forte presença do setor privado, acabou por gerar duas consequências sobre o mercado imobiliário: a primeira, pretendida pelos gestores deste setor, foi a credibilidade dos papéis das empresas com capital na Bolsa de Valores, ancorados na existência de um mercado consumidor e em uma política econômica de incentivo ao consumo; a segunda, a consolidação e a expansão da demanda por terra.

Sob a alegação da incapacidade dos entes federativos de gerir a aplicação dos recursos, além da morosidade na execução das obras do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), o governo Federal e a Casa Civil optaram por uma produção de mercado a cargo da iniciativa privada, entendida pelos gestores do Estado como a maneira mais efetiva de reverter os sinais da crise internacional de 2008.

97% dos subsídios públicos disponibilizados pelo programa habitacional com recursos da União e do FGTS teriam como destinação a oferta e produção de unidades habitacionais realizadas por construtoras privadas e apenas 3% para

¹⁵ Segundo cotação de abril de 2016, esse valor corresponde a 9.5 bilhões de dólares.

as entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, para produção de habitação urbana, rural por autogestão (ARANTES; FIX, 2009, p. 02).

Dessa forma, o plano inicialmente pensado para o atendimento da população de até 3 salários mínimos teve um efeito reverso ao destinar às entidades sociais uma parcela tão pequena, incapaz de fazer frente à demanda habitacional dos estratos mais necessitados da população. As razões da opção pelo setor privado em detrimento do público teriam sido a baixa capacidade produtiva das entidades sem fins lucrativos e a burocracia estatal, incapazes de responder, de maneira urgente e eficiente, à crise econômica que ameaçava chegar ao país, indicando que o programa estaria direcionado mais à dinamização da economia do que propriamente a uma política que objetivava combater o déficit habitacional (ARANTES; FIX, 2009).

A produção para os estratos de 0 a 3 salários mínimos se deu por meio da oferta privada ao setor público, cabendo à construtora definir a localização do projeto e sua aprovação junto aos órgãos competentes. As unidades fabricadas são vendidas integralmente à Caixa Econômica, que define o acesso a elas por meio de uma lista fornecida pelas gestões municipais (ARANTES; FIX, 2009).

Como se pode observar, a demanda não surge do poder público ou de grupos organizados, aliás, esses são, em muitos casos, contrariados. Assim, o fundamento do programa não está em equacionar o *déficit* de moradia, especialmente localizado entre a população de menor rendimento (0 a 3 salários mínimos), mas em tratar a provisão de moradias para esse segmento como mercadoria pelos proponentes. Portanto, como nas políticas habitacionais implementadas por outras administrações, a produção habitacional do programa PMCMV foi realizada na forma de mercadoria para a população de mais baixa renda, se tornando, ao fim e ao cabo, direcionada à classe-média e aos agentes privados (ARANTES; FIX, 2009).

Como visto, apesar dos avanços realizados por cada uma das políticas habitacionais, elas não atingiam os segmentos de menor renda da população. O fato dessa população não possuir vínculos empregatícios estáveis acaba por dificultar a ela o acesso ao crédito imobiliário. Tal situação acabou não apenas por levar a população mais carente a acessar a solução dos problemas habitacionais nos espaços que não interessam ao setor imobiliário. Mas, ao enfrentamento político como forma de promoção de oportunidade habitacional como forma de solucionar a demanda por

moradia entre a população mais carente. A forma como esse conflito se manifesta em nossa sociedade é por meio das ocupações urbanas com a finalidade de moradia.

2.2 As Ocupações e a luta por moradia

Por ocupação entende-se uma série de ações coletivas que buscam, por meio do preenchimento de espaços vazios, contestar a ordem instituída¹⁶. Os espaços ocupados podem destinar-se à realização de festas por curtos períodos, às manifestações artístico-culturais ou políticas em via pública ou à moradia, destinação que será tratada neste trabalho.

O primeiro relato sobre uma ocupação urbana organizada, com a finalidade de moradia no Brasil, data de 1992, e se refere à ocupação de uma fazenda experimental de propriedade do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), situada no município de Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Inicialmente abrigando 800 famílias, a Vila Getúlio Cabral, como foi denominada a ocupação, é atualmente mais um bairro popular situado na malha urbana fluminense onde residem cerca de 2600 famílias. Hoje, a Vila Getúlio Cabral é vista como um exemplo expressivo do movimento de luta por moradia, tanto pelo que sua história pode ensinar ao movimento, quanto por se tratar de um território que teve a ação reconhecida pelo governo estadual e federal em exercício naquele período (LEITÃO; DELECAVE, 2012).

A partir daquele momento, observa-se uma expressiva organização dos movimentos de ocupação de imóveis desocupados ou subutilizados nas regiões centrais ou periféricas das metrópoles. Esse é o caso de Belo Horizonte, que viu surgir, em 1996, duas ocupações urbanas: uma vertical (que mais tarde viria a ser chamada de Torres

¹⁶ Vale destacar a realização de ocupações durante o final do ano letivo de 2015 em escolas no Estado de São Paulo para contestar o projeto de reorganização escolar e, em Goiás contra o projeto de parceria público-privado na educação. No estado de São Paulo, a ação levou senão ao abandono do projeto, ao seu adiamento, seguido da exoneração do Secretário de Educação. Em Goiás as ocupações tiveram fim com a desocupação forçosa dos alunos secundaristas em fevereiro de 2016. Em novembro de 2016, ocorreu um novo ciclo de ocupações, dessa vez nas universidades, em oposição à Proposta de Emenda Constitucional PEC 241 (Congresso Federal) /PEC55 (Senado) que estabelece como teto de gastos a correção do período de inflação. As ocupações nas universidades enceraram-se em dezembro de 2016.

Gêmeas¹⁷) e uma horizontal denominada Corumbiara¹⁸. Apenas 10 anos depois, surgiu a terceira ocupação na cidade, a Caracol.

2.2.1 Torres Gêmeas

Dois prédios (17 andares cada um), situados na Rua Clorita, no bairro de Santa Tereza, região Leste de Belo Horizonte, foram ocupados por meio da iniciativa popular — surgia assim a ocupação Torres Gêmeas. As torres começaram a ser construídas na década de 1970 pela ICC Incorporadora e pela Jet Engenharia e a construção foi interrompida no início da década seguinte, quando ambas as construtoras decretaram falência. Após anos de abandono, em 1995, 171 famílias ocuparam de forma espontânea os apartamentos vagos naqueles prédios (OCUPAÇÃO DANDARA, 2016)¹⁹.

Aqueles que realizaram a ocupação, ao entrarem nos apartamentos, iniciaram uma batalha para permanecer naquele espaço na busca de legitimação da sua ação diante da sociedade civil. Para tal, contou com o apoio do Serviço de Atendimento Jurídico da PUC Minas (SAJ) e da Pastoral de Rua de Belo Horizonte (LOURENÇO, 2013). A mobilização desses agentes acabou por contribuir para a maior organização da ocupação, criando condições necessárias à permanência daquelas famílias nos edifícios (OCUPAÇÃO DANDARA, 2015).

A ocupação das Torres Gêmeas foi tão exitosa, que seus moradores conseguiram que uma proposta de Crédito Solidário fosse aprovada pela Caixa Econômica Federal em 2004. Os recursos federais, que correspondiam a 18 mil reais por unidade habitacional, seriam utilizados para a promoção das melhorias necessárias à recuperação do prédio, o que, ao mesmo tempo, envolveria um custo financeiro menor causado por uma possível remoção, e posterior reassentamento das famílias ocupadas nas áreas periféricas da cidade. No entanto, a Prefeitura de Belo Horizonte não avalizou a liberação do crédito, impossibilitando o financiamento (ALVARES; BESSA, 2011; OCUPAÇÃO DANDARA, 2015).

¹⁷ Durante os seus primeiros anos, era chamada de *Ocupação do Condomínio San Martin*, passando a ser denominada *Torres Gêmeas* em razão do atentado de 11 de setembro de 2001, no *World Trade Center*, em Nova Iorque e assim com as torres americanas, a ocupação ocorria em dois prédios idênticos.

¹⁸ Corumbiara recebeu esse nome devido ao confronto ocorrido entre sem-terra e policiais em agosto de 1995, conhecido como massacre de Corumbiara, no município de mesmo nome, no estado de Rondônia, resultando na morte de 10 pessoas, entre elas uma criança de nove anos e dois policiais. (<http://www.dhnet.org.br>).

¹⁹ A ocupação veio a contar anos mais tarde com o apoio das Brigadas Populares.

Em 20 de setembro de 2010, devido a um incêndio em um apartamento da torre 100, os moradores tiveram que abandonar o edifício. O que parecia ser uma desocupação momentânea, acabou por ser definitiva, pois a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros ordenaram o impedimento de retorno dos moradores aos apartamentos. As Brigadas Populares, movimento social que na época havia encampado a ocupação, lançou um manifesto em sua página na *internet* onde afirmou que a desocupação dos moradores da torre 100²⁰, primeiro prédio desocupado, teria se dado de forma arbitrária, sendo negado a eles até mesmo o retorno para busca dos pertences pessoais. A nota publicada pelas Brigadas foi ilustrada por fotografias com a Polícia Militar cercando o edifício e a de moradores deitados em colchões colocados na rua em frente aos prédios.

Figura 1- Moradores das Torres Gêmeas



Fonte: site Ocupação Dandara²¹, 2015.

²⁰ A desocupação das duas torres não se deu no mesmo momento. Na torre 100, os moradores saíram devido ao incêndio, e foram impedidos de retornar. A desocupação da segunda torre se deu posteriormente. Sob a alegação de que os prédios não obedeciam aos requisitos necessários à segurança, os moradores do segundo, embora resistissem à desocupação, foram sucessivamente abandonando o edifício até que, em julho de 2012, o último morador daquela ocupação deixou o local, fato esse noticiado pelo Jornal Estado de Minas de 19 de julho de 2012.

²¹ Ocupação Dandara acesso em 15 de outubro de 2015.

Figura 2 - Moradores das Torres Gêmeas



Fonte: site Ocupação Dandara, 2015.

Figura 3 - Cerco realizado pela PM



Fonte: site Ocupação Dandara, 2015.

Como forma de denunciar a remoção dos moradores, as Brigadas e as instituições de apoio à luta pela moradia publicaram um vídeo no *Youtube*, em que

declaram que tanto o município quanto o Estado não teriam proposto alternativas dignas àquela ação empreendendo-a de maneira truculenta ²². Nesse vídeo, Raquel Rolnik, professora da Universidade de São Paulo (USP) e relatora das Organizações das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia adequada, afirma ter vindo a Belo Horizonte para manifestar apoio aos moradores da ocupação e tentar uma audiência com o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (2009-2016). Nele, Rolnik fala aos moradores:

[...] tem toda uma lei internacional dizendo que moradia é um direito humano [...] todas as pessoas independentes da renda, da condição social têm o direito a viver [...] em uma moradia digna [...] estou absolutamente chocada com o que estou vendo aqui [...] e acho que essa situação que vejo aqui é de quem nega a moradia como direito humano [...]. Conversei com o prefeito e ele não apresentou nenhuma proposta de saída, de solução para a situação que está sendo vivida aqui. Isto não pode ser transformado numa política de moradia [...] com crédito solidário, essa é a posição do prefeito [...], então eu acredito que as pessoas que estão aqui e que lutam pela sua permanência, pela reforma, por um projeto que consiga colocar essa alternativa, mas essa não for uma alternativa, [deve haver uma outra]²³.

O blogue da Ocupação Dandara, por sua vez, publicou uma nota em que responsabilizava o então governador de Minas Gerais, Antônio Anastasia, por despejar as 80 famílias que ocupavam os apartamentos da torre número 100. Seus autores afirmaram ainda que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros não apresentaram aos moradores ou aos militantes das Brigadas Populares uma cópia do laudo que atestaria o comprometimento da estrutura do prédio. As Brigadas, por sua vez, propuseram à Prefeitura de Belo Horizonte a constituição de uma comissão formada por peritos independentes, o que não foi aceito pela PBH (OCUPAÇÃO DANDARA, 2015).

Ao falar sobre a desocupação da torre 100, os militantes das Brigadas não hesitam em associar o fato à inauguração do *Shopping-center Boulevard*²⁴ empreendimento situado próximo aos edifícios ocupados. Os brigadistas atrelam a desocupação do prédio aos interesses do mercado imobiliário em ascensão na região onde a ocupação estava situada. Outro fato que merece destaque é o interesse da gestão municipal em promover nas proximidades da ocupação (durante o Mundial de Futebol de 2014) uma série de eventos Fifa: partidas amistosas entre antigos jogadores de futebol, instalação de uma arena, shows de música, além da possibilidade de se

²² Vídeo disponível no site Youtube no seguinte endereço:

<https://www.youtube.com/watch?v=ccw1d8jud8> Data de acesso 15 de outubro de 2015.

²³ <http://www.youtube.com/watch?v=ccw1d8jud8>, Torres Gêmeas, BH, 16 de outubro, 2010

²⁴ A desocupação da segunda torre ocorreu poucos dias antes da inauguração do Shopping Center.

construir a *Arena Fifa Fan Fest*²⁵ com capacidade para receber até 1000 pessoas nos dias de jogos. No entanto, a construção da arena estava condicionada, segundo os militantes, à remoção das famílias que ocupavam os prédios, uma vez que a presença da ocupação, vizinha aos eventos, poderia afugentar aqueles que se interessassem em prestigiar a arena.

Mesmo que não se trate de uma ação orquestrada, como afirmam os brigadistas, o fato é que o incêndio constituiu uma oportunidade para que o Estado retomasse a posse do prédio, o que havia se tornado cada vez mais difícil via poder judiciário. Os vizinhos das Torres aprovaram largamente a desocupação, como explicita a matéria intitulada *Vizinhos das Torres Gêmeas festejam remoção da última família que ocupava imóvel*, do jornal O Estado de Minas:

Para os vizinhos dos imóveis ocupados, apelidados de Torres Gêmeas, a desocupação traz de volta o sossego e os faz sonhar com a valorização imobiliária e investimentos na melhoria das casas onde moram. (...) A professora Angelina Henrique dos Santos Figueiredo, de 61 anos, mora na Rua Clorita e conta que reconquistou a paz depois de 16 anos de tormento. “Fiquei tão animada com a desocupação que estou reformando a minha casa. Acho que vai ser muito valorizado isso aqui”, disse Angelina. Mas, para ela, a maior felicidade foi poder andar com tranquilidade pela rua. “A gente não tinha sossego, paz. Não podia chegar tarde da noite em casa. Eu vivia prisioneira dentro da minha própria casa. Havia muita gente boa nos prédios, mas alguns eram perigosos” (ESTADO DE MINAS, 2012)²⁶.

O jornal veiculou no dia 18/07/2012 outra matéria, em que comentava sobre o projeto de construção de um hotel de alto padrão no espaço das *Torres Gêmeas*. Mas, passados cinco anos da desocupação dos prédios e quase quatro anos da saída do último morador, a construção do hotel não se realizou.

2.2.2 Ocupação Corumbiara

A ocupação Corumbiara, situada na Região do Barreiro em Belo Horizonte-M.G., ocorreu também durante o ano de 1996, e foi resultado de ação conjunta da Liga Operária (LOP) e da Liga Popular por Moradia (LPM), que promoveram o assentamento de 379 famílias em um loteamento de propriedade da prefeitura de Belo Horizonte. As famílias foram arregimentadas nos cadastros realizados pela gestão

²⁵ Em Belo Horizonte foram construídas duas arenas: na Praça da Estação, área central da cidade e no Expominas, centro de eventos do estado, situado na região oeste do município.

²⁶ Matéria disponível no link:

<http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/07/19/internagerais,306868/vizinhos-das-torres-gemeas-festejam-remocao-da-ultima-familia-que-ocupava-imovel.shtml>

municipal nos núcleos de moradia de sem casa do Orçamento Participativo da Habitação (OPH), pois a Prefeitura alegava não haver receita suficiente para a provisão de moradias para todos os cadastrados (BEDÊ, 2005).

De acordo com Mônica Bedê (2005), a ocupação seguiu a demarcação regular dos lotes e adotou estratégias de defesa incomuns para as ocupações urbanas, como o cercamento da área, a vigilância constante e a revista dos visitantes. A autora afirma ainda que a prefeitura, temendo o enfrentamento entre os ocupantes e a Polícia Militar, tentou negociar com os assentados a possibilidade da desocupação do terreno, mas não obteve sucesso. Em 2006, a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) iniciou o processo de regularização fundiária da Corumbiara, processo encerrado três anos depois, sendo cadastrados 321 domicílios e 195 lotes aprovados na planta de parcelamento (URBEL, 2009).

2.2.3 Caracol e as ocupações João de Barro

Após a realização dessas duas ocupações, a cidade passou por um longo período sem realização de qualquer assentamento com a finalidade de moradia. Dez anos depois essa prática foi retomada, quando moradores da Vila Cafezal — uma das favelas do Aglomerado da Serra²⁷ — decidiram ocupar um prédio de 15 andares localizado na Rua do Ouro, no mesmo bairro do Aglomerado, parte do espólio da ENCOL. Batizada de Caracol, essa ocupação foi a primeira experiência concreta das Brigadas Populares²⁸, e ganhou visibilidade midiática suficiente para aproximar o grupo de outros atores que estavam insatisfeitos com a política pública de habitação.

Em janeiro do ano seguinte, três meses depois da ocupação do prédio, a Caracol foi despejada. Segundo Joviano Mayer²⁹, advogado e militante das Brigadas, nesse

²⁷ A Vila do Cafezal faz parte do Aglomerado da Serra, considerado, o segundo maior conjunto de favelas do país. Situado no bairro de mesmo nome na região Centro-Sul de Belo Horizonte, a Serra, o aglomerado está localizado na região cujo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) chega em alguns bairros a 0,914 valor próximo ao da Noruega cujo o IDH é de (0,942). Contudo, esse índice expõe uma realidade de extrema desigualdade social na cidade, verificada entre o bairro da Serra IDH 0,973 e o Aglomerado da Serra, que possui 0,685, comparáveis ao índice da Bolívia, o país menos desenvolvido da América do Sul. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

²⁸ As Brigadas Populares serão descritas de modo mais detido no terceiro capítulo do presente trabalho.

²⁹ Optou-se pela citação nominal dos líderes e dos apoiadores das Brigadas por entender que a referência a eles por nomes fictícios não os preservam da identificação. A opção pelos nomes fictícios foi utilizada para descrever fatos narrados pelos moradores que afirmavam não possuir qualquer vinculação com as Brigadas Populares, perseverando possível constrangimento em razão do que fora relato.

momento eles estavam organizando outra ocupação, a João de Barro, também no Bairro Serra. A João de Barro chegou a ter 150 famílias envolvidas na ação e é resultado de uma cooperação com o Fórum de Moradia do Barreiro. Mas, assim como a Caracol, não resistiu muito tempo, levando alguns dos ocupantes a constituírem um outro espaço, nomeado João de Barro II.

A ocupação João de Barro II ocorreu no dia 07 de setembro de 2007 e surgiu da necessidade de alojar as 80 famílias que ocupavam a João de Barro I. Segundo os militantes, a data não foi escolhida aleatoriamente, mas partiu da estratégia de luta. As ações de ocupação geralmente ocorrem em feriados ou próximas à datas festivas, períodos do ano em que há diminuição do efetivo policial e em razão disso as iniciativas têm maiores possibilidades de sucesso. As Brigadas realizaram essa ocupação no antigo prédio do Cardiocentro, sede de um hospital desativado havia alguns anos, situado na Avenida Antônio Carlos, 7803, na região da Pampulha. O prédio de três pavimentos foi integralmente ocupado pelas famílias. Essa ocupação durou quatro meses e, segundo Joviano Mayer, ao contrário da Caracol e da João de Barro I, a saída não foi motivada por uma ação judicial de despejo, mas, “devido a conflitos internos, advindos da entrada do tráfico na ocupação e ameaça de morte” que inviabilizaram a permanência dos ocupantes naquele espaço³⁰.

A ocupação João de Barro III foi estabelecida em uma casa de dois pavimentos, localizada na Avenida Amazonas, 2311 no bairro do Santo Agostinho, região Centro-Sul de Belo Horizonte, a dois quarteirões da sede da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), do Colégio Santo Agostinho e do *Diamond Mall*, shopping de alto padrão da cidade. A casa, que abrigou 15 famílias remanescentes da Ocupação João de Barro II, foi demolida e hoje serve de estacionamento particular. A constante mudança de lugar não é feita sem traumas. Muitos dos ocupantes desistem da ação, como destacou Joviano ao falar dos números de famílias envolvidas em cada uma das primeiras ocupações realizadas pelas Brigadas Populares: “Na João de Barro I a gente

³⁰ Joviano Mayer foi entrevistado em 11 de dezembro de 2015. Embora Joviano tenha afirmado que a desocupação do antigo prédio do Cardiocentro se deu devido a conflitos internos, uma ordem de reintegração de posse foi concedida pela 5ª. Vara Cível. Não é possível saber se a desocupação ocorreria caso a ordem de reintegração não fosse concedida. No entanto, o prédio até aquele momento abandonado, foi reformado e lá voltou a operar o hospital que havia sido desativado em ano anterior. Segundo os militantes a ocupação das instalações do antigo prédio teria sido fator preponderante para o retorno daquela unidade hospitalar.

chegou com 150 famílias. Quando a gente foi despejado tinha umas 80. Aí para João de Barro II foram umas 40, e para João de Barro III foram umas 15”³¹.

A desistência dos ocupantes é algo especialmente dramático para os movimentos sociais, que se colocam frente ao Estado como porta-vozes dos interesses de uma imensa parcela da população, alijada dos programas habitacionais federais. Assim, o número de famílias envolvidas em um processo de ocupação é fator estratégico da luta pela conquista e/ou permanência no espaço.

Devido à falta de sucesso na consolidação das ocupações Caracol e das três ocupações João de Barro, assim como da resistência ou pouco interesse dos cadastrados nos núcleos de moradia em vir ocupar apartamentos, as Brigadas Populares reviram sua estratégia de ocupação, optando pelos terrenos vagos situados nas periferias da cidade. Essa decisão foi motivada pela experiência exitosa ocorrida na Ocupação Corumbiara, nos anos 1990. Para Rafael Bittencourt, militante das Brigadas Populares, as ocupações horizontais representariam uma estratégia de luta política com maiores chances de vitória, tendo em vista que:

[...] toda a estrutura interna do assentamento, todo o ambiente construído, ele é produzido pelos próprios moradores, então há um investimento material e simbólico muito grande nesse processo. Isso encarece muito o custo político e social da remoção. Então, para a prefeitura, para os poderes constituídos, geralmente o governo do estado, a justiça, a própria polícia militar, que tem uma autonomia relativa, tomarem a decisão de realizar uma remoção, elas vão ter que arcar com um ônus muito grande com casas que foram autoconstruídas e têm valor material e simbólico, [por]que essas coisas não se separam. Tem um investimento financeiro na construção das casas e ao mesmo tempo, um simbolismo muito forte. Então isso torna muito elevado o custo político e social da legitimidade que você tem que ter para realizar um despejo na frente da sociedade. Eu acho que isso é o principal fator, porque as ocupações verticais, você não tem que destruir esse investimento das famílias, então, você facilita justificar isso para a sociedade e, por outro lado, a família tem um apego muito menor em relação ao espaço, como eles investiram muito pouco e se adaptam muito rápido às condições pré-estabelecidas, materiais, arquitetônicas e construtivas, o apego que eles têm com o espaço é muito pequeno. Então as pessoas devotam menos energia, têm menos preparação, menos permanência, menos apego com o lugar também³²

Joviano também salientou o trabalho empregado pelos moradores na construção de suas residências, ressaltando o poder simbólico que essa ação possui no sentido de fomentar vínculos entre os sujeitos implicados e os processos constitutivos de uma ocupação. Em suas palavras:

³¹ Entrevista realizada dia 11 de dezembro de 2015.

³² Rafael Bittencourt, em entrevista realizada no dia 6 de novembro de 2015.

“[...] [O trabalho seria] elemento importante, para a criação de laços, dos vínculos [necessários] para os mutirões, para fazer uma rede elétrica, para fazer uma casa. Criam um vínculo maior com o território, uma possibilidade maior de trabalho político naquele território³³.”

Como foi dito, diante da constatação do pouco apego manifestado pelos ocupantes em relação aos imóveis que residiam, as Brigadas Populares orientaram sua estratégia política para a realização de ocupações horizontais. Nessas, ao invés da ocupação de um imóvel vertical já configurado, caberia ao ocupante a produção de sua casa pelo sistema de autoconstrução, forma adotada largamente pelos moradores das ocupações e das periferias, pois exige do morador apenas a disponibilidade de tempo e pouco investimento financeiro para levantar a sua casa. O sistema de autoconstrução, na avaliação dos militantes, cumpriria dois alvos na sua ação política: o primeiro, a alteração do sentido político e social da experiência de ocupar, que se daria pela ação partilhada entre os envolvidos – muitas das habitações autoconstruídas envolvem mutirões – na construção de suas casas e dos companheiros de luta. O segundo estaria em impor ao Estado algum custo político em caso de remoção das famílias. Tendo em vista, que se a construção das casas à margem da legalidade não é um fato aprovado por expressiva parcela da população, a remoção – realizada muitas vezes de forma violenta – também não é. Mencione-se ainda que em 2008 foi realizada a ocupação Camilo Torres, que segundo Rafael Bittencourt serviu como um experimento para os assentamentos urbanos que se sucederam a ele.

Quadro 1 - Ocupações Urbanas realizadas em Belo Horizonte e Região Metropolitana até setembro de 2014.

Ocupação	Localização	Número de famílias	Ano e mês de surgimento	Movimentos envolvidos:
Novo Lajedo	MG – 020	3.500	2005	Brigadas Populares
Camilo Torres	Barreiro – BH	142	Fevereiro/2008	Fórum de Moradia
Dandara	Ceu Azul – BH	1200	Abril/2009	Brigadas Populares
Irmã Dorothy	Barreiro – BH	223	Fevereiro/2010	Fórum de Moradia
Zilah Sposito/Helena Greco	Zilah Spósito – BH	130	Setembro/ 2011	MLPM / Brigadas Populares
Novo Paraíso	Palmeiras – BH	350	Agosto/2012	Brigadas Populares
Eliana Silva	Barreiro – BH	350	Agosto/2012	MLB

³³ Joviano Mayer em entrevista realizada no dia 11 de dezembro de 2015.

Guarani Kaiowá	Ressaca – Contagem	150	Março/2013	Brigadas Populares
Rosa Leão	Zilah Spósito – BH	1.500	Mai/2013	MLB/CPT
Esperança	Londrina/Santa Luzia	2.000	Junho/2013	MLB/CPT/BPs
Vitória	Baronesa/Santa Luzia	2.500	Julho/2013	MLB/CPT/BPs
Nelson Mandela	Barreiro – BH	310	Março/2014	MLB/CPT
Tomás Balduino	Areias - Ribeirão das Neves	280	Mai/2014	Brigadas Populares
Tomás Balduino	Jardim Petrópolis – Betim	110	Julho/2014	Pastoral da Juventude/BPs / MLB
Shekinah	Betim	100	setembro/2014	Pastoral da Juventude/Bps / CPT
TOTAL:		12.845		

Fonte: Brigadas Populares/2016³⁴

2.3 Dandara: luta pela conquista do território

Figura 4 - Entrada da Ocupação Dandara



Autoria: Ricardo de Lacerda Lobato, 2011.³⁵

³⁴ Dados disponibilizados por Rafael Bittencourt após a realização da entrevista.

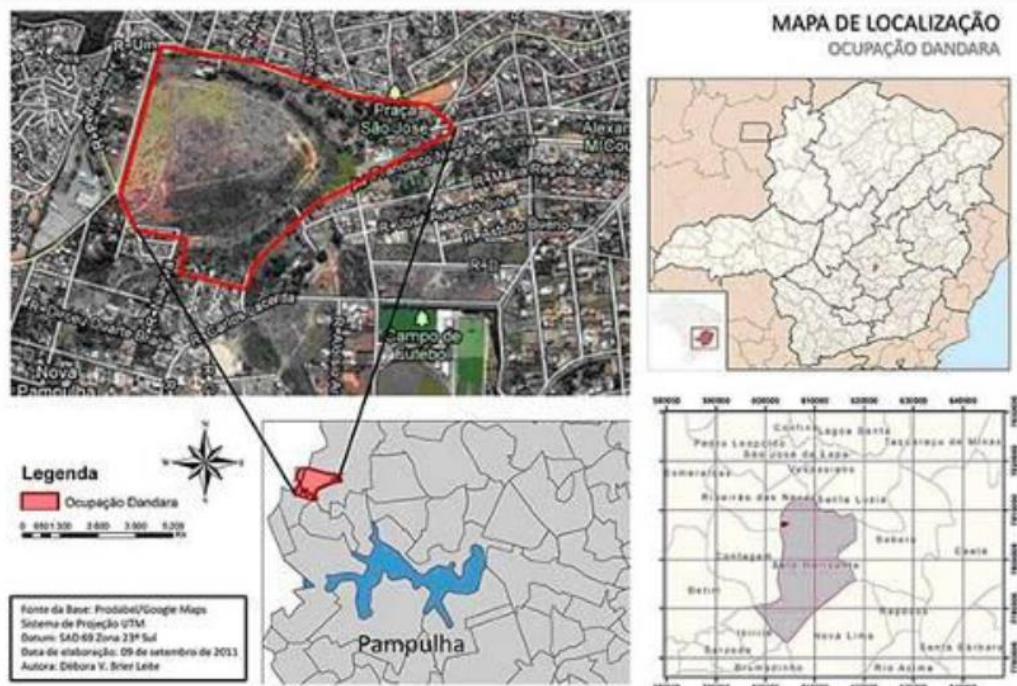
³⁵ Fonte: blogue Ocupação Dandara, 2016.

Foi em 09 de abril de 2009, uma “quinta-feira santa”, que as Brigadas Populares e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), iniciaram uma segunda ocupação horizontal na cidade de Belo Horizonte³⁶, em um terreno de 31 hectares integrante de parte da massa falida da Construtora Modelo. Batizado de Dandara, em homenagem à companheira de Zumbi dos Palmares, o assentamento ganha esse nome, segundo Wagna Lima, devido à participação das mulheres na luta pela conquista e permanência no território ocupado, que seria parecida com as tarefas desempenhadas pelas mulheres na consolidação de Palmares. Mas esta não é a única explicação ao nome escolhido para a Ocupação. Ângela Souza, também moradora da ocupação e brigadista, responde à mesma pergunta, atribuindo essa escolha ao fato de as ocupações serem espaços “das mulheres”, pois, de acordo com ela, a decisão de ocupar o território partiria sempre das esposas, encontrando, aliás, resistência por parte dos seus companheiros em residir no assentamento urbano nos primeiros momentos da sua efetivação

Dandara é um território localizado na divisa dos municípios de Belo Horizonte, Contagem e Ribeirão das Neves. Do seu lado esquerdo, já no Município de Ribeirão das Neves, pode-se ver a favela Vila Bispo de Maura, onde muitos moradores da ocupação residiam antes. Situada no bairro Céu Azul, é evidente a descontinuidade entre a ocupação e o bairro em que ela se encontra localizada. Ao atravessar qualquer uma das cinco entradas que dão acesso ao território, percebe-se que Dandara não conta com qualquer tipo de serviço público, saneamento básico, asfalto ou coleta de lixo. A maior frequência de moradores nas ruas da ocupação se dá por volta das seis horas da manhã, quando muitos se encaminham para seus trabalhos e, à noite, quando estão voltando para casa.

³⁶ Fruto da ação do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) e das Brigadas Populares, a ocupação do terreno estava inserida nos atos que o MST promove todos os anos no mês de abril, intitulado abril Vermelho, quando são realizadas diferentes ações com vistas a visibilizar as lutas pela função social da propriedade. (OCUPAÇÃO DANDARA,2015).

Figura 5 - Localização da Dandara nos mapas de Minas Gerais, Belo Horizonte e Regional da Pampulha.



Fonte: COAU

Na ocupação há moradores aposentados/pensionistas, há os que fazem “bicos” e os que estão empregados em trabalhos que exigem baixa qualificação profissional. De todo modo, predominam atividades que não garantem rendimentos acima do salário mínimo (LOURENÇO, 2014). As mães com os filhos em idade escolar são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), ou de outros programas de transferência de renda, como algumas (por mim entrevistadas) que possuem filhos em idade escolar e afirmam receber, em média, 120 reais referentes a esses programas. De acordo com elas, esse valor contribui para as despesas de casa, mas é insuficiente para fazer frente as despesas da família.

Nos primeiros dias de assentamento, como estratégia de luta, alguns integrantes da ocupação Dandara construíram um blogue onde se divulgava à população os eventos ocorridos naquele espaço, além de denúncias das ações tidas como ilegais cometidas pela polícia militar. Logo em sua primeira postagem, a ocupação afirmou que havia no local 981 barracões numerados, geralmente compostos por um núcleo familiar de 4

membros — embora em alguns houvesse entre 10 e 15 membros. Dandara, então, tinha uma população aproximada de 4.000 mil pessoas.

Aquela ocupação, aos olhos da militância, traria em seu bojo duas diferenças em relação às outras realizadas até aquele momento: a proposta rururbana³⁷ se apresentava como instrumento para solucionar o passivo de moradia em Belo Horizonte, que, segundo dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2015), seria de 140.707 mil unidades habitacionais³⁸ e proporcionaria o sistema de agricultura familiar na terra, inicialmente para a subsistência familiar, mas, com vistas a fornecer futuramente a um mercado.

2.3.1 Ocupação de um território: modo de fazer

A ocupação de um terreno, quando realizada por um movimento social, tem seu início alguns meses antes da efetivação do processo e é composta pelas seguintes etapas: mapeamento dos terrenos vagos situados na cidade e na região metropolitana; pesquisa do tamanho do lote; situação jurídica do terreno (possíveis dívidas, proprietários, etc.). Tendo conhecimento dessas informações, a ocupação se volta para a escolha dos lotes em melhores condições para serem ocupados; verifica-se também a inserção do lote e a disponibilidade de acesso aos equipamentos urbanos. Feita a opção por um terreno, são constituídos os núcleos de moradia, a partir da arregimentação da população – que vive em situação precária em vilas e favelas – e das famílias – que se encontram nas listas de espera de outras ocupações realizadas pelo mesmo movimento social. Quando essas famílias manifestam o desejo de ocupar um terreno, passam a frequentar as reuniões que objetivam a formação política do futuro morador da ocupação. O que é descrito sob a expressão “formação política” consiste na formação teórica do marxismo clássico assentando na ideia da conscientização da sua condição de proletário levaria a população explorado a se rebelarem contra o sistema econômico social que os levaria a constituir-se em uma nova maioria; isto é: na medida em que a população tomasse consciência como explorado e da sua maioria numérica frente a uma minoria patronal eles transformaria essa maioria explorada em uma maioria com poder

³⁷ A palavra rururbano é um neologismo que conjuga os termos rural e urbano. A iniciativa tinha por objetivo trazer o que os movimento de moradia urbana e o movimento de assentamento rural julgavam como sendo as experiências mais significativas nesses tipos de ocupação.

³⁸ Segundo a Fundação João Pinheiro, 80% deste passivo encontra-se entre a população cujos rendimentos não ultrapassam os 3 salários mínimos (Fundação João Pinheiro, 2015).

suficiente de mudar o curso da história. Segundo a militância e os ocupantes, Dandara teria passado por todo esse processo antes de efetivar-se. Aqueles que participaram da luta pela ocupação do espaço descrevem-na como resultado da mobilização realizada pelas Brigadas Populares nas vilas e favelas situadas no entorno do Anel Rodoviário – Vilas da Paz e da Luz –, e das famílias que se encontravam na lista de espera das Ocupações Camilo Torres e Barreiro. Ao MST coube arregimentar as famílias que moravam no bairro Ribeiro de Abreu e nas ocupações rurais realizadas por eles na Região Metropolitana de Belo Horizonte que, diante do interesse em constituir um novo espaço, passaram por um processo de formação política (LOURENÇO, 2014, p.38)³⁹. O movimento teve o apoio institucional da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) por meio do seu representante no Estado de Minas Gerais, Frei Gilvander; da PUC Minas pela disponibilização dos Serviços de Assistência Jurídica (SAJ), em parceria com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e dos seus alunos de Geografia e Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a quem coube a tarefa de conceber o plano urbanístico para a ocupação (LOURENÇO, 2014; OCUPAÇÃO DANDARA, 2015).

A Ocupação, no entanto, inicialmente pensada para 150 famílias, despertou o interesse dos moradores vizinhos do terreno — famílias que viviam de aluguel no Bairro Céu Azul e famílias que residiam na Vila Bispo de Maura — fazendo com que o número de ocupantes saltasse para mais de 800 famílias já na primeira semana, impondo às lideranças do movimento, segundo o relato de alguns militantes e moradores, a realização do cadastramento da população interessada em conquistar um lote na Ocupação (OCUPAÇÃO DANDARA, 2015). Outro fato apontado como responsável pelo fluxo de interessados em residir naquele espaço foi a grande repercussão midiática gerada devido à ação empreendida pelos movimentos sociais naquele terreno.

³⁹ Realizei em campo quinze entrevistas. Onze com brigadistas (moradores e lideranças não residentes) e 4 com moradores não brigadistas. Em todos os casos, me foi descrito minimamente o processo de formação política pelo qual as pessoas que se interessam por ocupar precisam passar. No entanto, durante todo o campo não conheci nenhum ocupante que tenha passado pela formação num momento anterior à ocupação.

Figura 6 - Assentamento provisório da Dandara



Fonte: Tiago Castelo Branco Lourenço, 2009.

Os dias que se seguiram à ocupação foram marcados por intenso conflito entre os assentados e a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), responsável por fazer cumprir a determinação judicial de reintegração da posse em favor do proprietário do imóvel. Já no primeiro dia da ocupação a PMMG mobilizou 150 homens do seu efetivo para remover a população que fixou no terreno. No chão e sobrevoando o assentamento) a PM destruiu barracões e lançou gás de pimenta em direção à população ocupada. O braço armado do Estado encontrou como resposta à sua ação o enfrentamento direto das pessoas ocupantes, que arremessavam pedras e usavam seus corpos como barreira física, para impedir que os policiais desmontassem os barracões.

Esses momentos de tensão e incerteza vividos pelos ocupantes foram reiteradamente acionados pelos entrevistados. Meus interlocutores não hesitavam em contar sobre a forma como se deu a ocupação, as primeiras noites, e como driblavam o aparato policial. Essas situações teriam fomentado o sentimento de solidariedade entre aqueles que dividiam o pequeno espaço, com lonas quase coladas umas às outras. Ao narrar pormenorizadamente esses fatos, os moradores referem-se ao processo de luta e

ao passado, quando as decisões tomadas na ocupação eram coletivas. Segundo eles, atualmente, o que se observa são comportamentos mais individualistas:

Com o passar do tempo foi se criando um certo individualismo, por causa dos muros e aí no começo era tudo mais unido, porque todo mundo morava debaixo de lona. A minha lona dividia com você e você dividia com outro, a gente até brincava se a comunidade pegar fogo, ela acaba em cinco minutos porque, está todo mundo junto. Mas, com o passar do tempo, como eu falei, o projeto era esse dos lotes comunitários. A coordenação finalizou, montou a associação e teve uma variedade muito grande de amizade, porque sai muita gente, também entra muita gente nova, aí, no decorrer do dia a dia, mudou muita gente para cá e fez com que variasse demais as amizades (...). A nossa união era muito grande e nós tínhamos um pensamento único de sociedade. Hoje, por exemplo, eu acho que as pessoas têm na consciência que o espaço já está ganho, porque a liminar está suspensa. O que eles querem? Entrar para o espaço, para dentro das casas deles, não agrega mais, a gente chama para a luta, eles estão mais arredios, não querem ir. Meio que desvencilhou um pouco, porque a comunidade não foi feita para isso. A comunidade nossa deveria ser como uma tribo de índio (informação verbal).⁴⁰

A opinião de Felter Rodrigues é compartilhada por Ângela, que afirmou ter havido no passado recente um clima de ajuda mútua entre todos na ocupação. Para ela, tal situação foi mudando com o tempo. Isabella Gonçalves, por seu turno, acredita que o arrefecimento da disputa com o Estado pela posse do terreno leva os moradores a se desmobilizarem e se voltarem para questões cotidianas ou, até mesmo, para os conflitos internos com os demais moradores da ocupação:

[...] a verdade é que o conflito e o enfrentamento direto com o Estado, elas mobilizam as forças contra um inimigo comum. Assim como no chão de fábrica a organização dos trabalhadores é contra o capital personalizado ali no patrão. O conflito gera essas condições de luta coletiva. Quando esse conflito vai embora, outras questões têm que vir substituir essa coletividade. O importante é investir nessas questões desde o princípio. Porque se não, vamos lutar por moradia, conquistamos a moradia, acabou a luta. Mas não. Se o objetivo é construir um projeto de poder, o desafio é muito maior (informação verbal)⁴¹

As falas acima têm a clara intenção de constituir a filiação comunitária a partir da chave política da construção de um “nós”. De uma ideia de pertencimento (*nós* - trabalhadores contra *eles* - Estado) que personificaria o inimigo comum a ser enfrentado para se ter acesso aos direitos (COSTA, 2006). Entretanto, é compreensível que as referências à ação compartilhada entre os moradores não reflitam os desejos de todos

⁴⁰ Felter em entrevista realizada em 07 de abril de 2015

⁴¹ Isabella Gonçalves em entrevista realizada em 04 de junho de 2015

eles, como parte deles deseja fazer crer, mas, expressem o viés político das Brigadas Populares.

Esses atores percebem a emergência de outras dinâmicas e o surgimento de interesses variados (distintos daqueles expressos nos primeiros anos de ocupação), os quais são impossíveis de serem controlados. O descontrole seria motivados sobretudo pelos novos moradores, que não possuem ligação com a tradição da luta por moradia, participação em movimentos sociais ou qualquer prática que inspire o valor da convivência comunitária neles. Assim, a ocupação, para além da posse de casas, passa a ter o sentido estrito de moradia. De acordo com essa leitura, os projetos aventados pelas lideranças das Brigadas Populares e enfatizados pelos moradores mais antigos da ocupação, alicerçados na constituição de uma comunidade autogestionada, se perderam em meio a desejos e necessidades pessoais dos moradores.

O caso de Humberto, filho de uma moradora-militante das Brigadas Populares, ilustra a dinâmica explicitada acima. Humberto, assim como os moradores mais antigos, possui trajetória marcada pelo nomadismo entre os bairros periféricos de Belo Horizonte ou cidades da região metropolitana. O elo entre ele e os demais moradores da ocupação se estabelece pelo percurso em comum entre moradias desprovidas das condições sanitárias básicas - como água e esgoto - e a dificuldade em arcar com os custos do aluguel. Levado a residir em Dandara em razão do desemprego, quando questionado sobre a maneira como se deu a ocupação, demonstra desconhecimento com relação às organizações envolvidas na sua construção: “Sei que houve várias, mas, não saberia lhe dizer nenhuma, pois cheguei aqui há pouco tempo”. Quando outro morador reclama da dificuldade em negociar com as concessionárias de água e energia elétrica o fornecimento dos serviços é Humberto quem afirma acompanhar o andamento do processo pela internet e da necessidade de haver uma decisão judicial para que as empresas prestem o serviço na ocupação ⁴².

Quando a ocupação foi realizada, aquele território, pensado para 150 famílias, passou a contar rapidamente com mais de 400 barracões, o que fez com que o projeto sofresse sua primeira baixa: a do MST. Diante da constatação da inviabilidade de se

⁴² Embora Humberto vincule a entrada das empresas prestadoras dos serviços públicos a uma decisão judicial sobre a posse do terreno, tal fato parece relacionado à capacidade de mobilização dos atores em torno de demandas específicas. Em outra ocupação de Belo Horizonte, Eliana Silva, na região do Barreiro, os moradores conseguiram a prestação de serviços de água após impedir a saída de um funcionário da COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais – da ocupação. Designado pela empresa para desligar os “gatos”, ou seja, as ligações clandestinas de água que lá haviam, mas, descoberto por moradores antes que iniciasse a operação, este funcionário foi liberado somente após a empresa se comprometer a iniciar a operação para distribuição de água naquele território.

construir ali uma ocupação nos moldes rururbanos, o MST se retirou do projeto, deixando a cargo das Brigadas Populares todas as tarefas relacionadas à conquista e permanência no território.

A ação conjunta (e o seu fim) entre MST e Brigadas Populares é um capítulo pouco mencionado na história da ocupação Dandara e sobre o qual constam várias versões para o seu fracasso. De acordo com alguns moradores, a repercussão da ocupação nos telejornais (acima da expectativa) é apontada como uma das razões para a saída do MST do processo organizativo:

Essa ocupação, no início foi o movimento do MST que entrou e eles queriam fazer aqui agrovilas. Seria em torno de vinte moradores e as pessoas fariam plantio. Mas, dependendo da quantidade de pessoas que entram não tem como você dizer não, né? Então, entrou muita gente aí eles continuaram na liderança, fazendo os trabalhos, mas foi quando as Brigadas Populares entraram. Porque o MST não poderia, por ser uma área rururbana, eles se afastaram e entraram as Brigadas. Hoje eu faço parte das Brigadas⁴³

Isabella, brigadista, por outro lado, afirma que a localização do terreno teria inviabilizado o projeto de ocupação rururbana:

A gente começou a organizar junto com o MST os núcleos de sem casa, fizemos formação política com eles por quase um ano, a ideia inicial é que fosse uma ocupação rururbana que conjugasse a moradia com a prática agrícola, urbana. Só que como o território é totalmente inserido na cidade não teve jeito, porque assim que a gente ocupou apareceu três mil famílias querendo ocupar, então virou uma ocupação urbana⁴⁴.

Joviano, diferentemente, afirma que a luta pela reforma urbana não interessava ao MST, uma vez que as lideranças do movimento pela reforma agrária temiam que o engajamento na luta pela reforma urbana, pudesse levar à desmobilização da organização:

[A] direção do MST até hoje não topa realizar a luta urbana. Não está a fim. O que, na minha opinião, é um equívoco, não é à toa que o movimento sumiu das cidades, das metrópoles, não tem quase inserção nenhuma nos movimentos urbanos hoje. E a Dandara poderia ter sido uma oportunidade do MST marcar a presença na cidade e estar dentro dos processos políticos. E a direção estadual sempre se opondo, embargando, o desprendimento maior de energia das pessoas. Então, as pessoas que estavam acompanhando estavam meio que por conta própria sem respaldo do movimento. E acabaram se afastando e não dando conta de acompanhar mais⁴⁵.

⁴³ Embora Ângela afirme que a ocupação se iniciou com o MST, tendo sido assumido pelas Brigadas Populares apenas com a desistência do MST, de acordo com a página da Ocupação (OCUPAÇÃO DANDARA, 2015) outros trabalhos (LOURENÇO 2013; LOURENÇO 2014; MARTINS, 2016) e demais informantes Mayer, 2015; Bittencourt, 2015; Gonçalves, 2015), a Dandara seria resultado da ação das duas organizações políticas.

⁴⁴ Isabella Gonçalves em entrevista realizada em 04 de junho de 2015.

⁴⁵ Joviano Mayer em entrevista realizada no dia 11 de dezembro de 2015.

É provável que todos esses fatos apontados tenham contribuído para inviabilizar a constituição de um espaço rururbano, projeto inicialmente defendido para aquele local. Assim, tanto a repercussão gerada a partir da cobertura midiática dos eventos que ali se deram como o fato deste espaço encontrar-se completamente inserido na malha urbana belorizontina foram fatores que contribuíram para a não efetivação de um lugar coletivo em que fossem conciliadas as práticas rurais e urbanas. Soma-se a isso o fato de aquela população ser composta, em sua maioria, por moradores que viviam nos grandes centros urbanos, que prezam pela sua liberdade individual e pela autonomia em relação aos grupos aos quais se filiam.

O espaço da ocupação, nesse sentido, é permeado pela emergência de práticas e experiências que possuem independência em relação ao movimento de luta por moradia. Esse fato visto com reserva entre aqueles que desempenham[ram] a função de coordenadores e se queixam da dificuldade em mobilizar as pessoas em torno das lutas nos dias correntes.

Meu contato com a Dandara se deu nos primeiros meses de ocupação, quando ainda na condição de graduando em Ciências Sociais tomei conhecimento da ocupação por meio de colegas que estavam envolvidos nas ações voltadas para maior visibilidade daquele território como a promoção de shows de bandas como Graveola e o Lixo Polifônico e convites feitos reiteradamente para que conhecesse a ocupação. Naquela ocasião, a ocupação em área delimitada de 4.700m² (15% do terreno) da área total do terreno foi estabelecida então com os militantes e as lideranças dos movimentos até que houvesse uma decisão jurídica. Cada família passou a habitar cerca de 3 m², numa situação bastante precária que perduraria até 12 de julho de 2009. Foi acordado que os barracões não poderiam ser de alvenaria, apenas de lonas e/ou de madeirite, assim como estaria vedada a entrada de novos moradores. Esse acordo, nunca foi efetivamente cumprido pela militância e nem pelos moradores, que sempre criavam estratégias – “dava-se um jeitinho” – para entrar com o material de construção. Uma vez, que a possibilidade de efetivação da ocupação estava intimamente atrelada a construção de um espaço de fato de moradia (construção de casas de alvenaria) que criariam elementos que comprovariam a fixação das famílias naquele território. Sendo assim, os grupos envolvidos na constituição plena do assentamento, levavam carrinhos de bebê carregados de tijolos e sacos de cimento para a construção da casa. O quatinho de alvenaria, que geralmente media 3 metros quadrados era feito debaixo da lona e apenas vinha quando estava pronto. A entrada de material e a elaboração do quarto exigia dos

moradores a observação da troca de turno entre os policiais militares, momento de maior fragilidade da vigilância e, por isso, mais adequado para o tráfego do material de construção.

Nota-se que a tentativa de substituição da precariedade da lona pelo aspecto de permanência garantido pela alvenaria exigia astúcias, táticas de resistência dos moradores naquilo que Michel de Certeau chamou de práticas comuns, e que estariam presentes “nas experiências particulares, as frequentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço” onde essas práticas vão abrindo um caminho (CERTEAU, 1998, p. 35). Verdadeiros “esquemas de ação” do cotidiano, expressam “maneiras de fazer”, pondo em jogo uma “ratio ‘popular’, uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (CERTEAU, 1998, p. 42). Essas práticas se inserem também naquilo que Certeau denominou de “estratégias” e “táticas”. Aqui, apontamos os usos das táticas como instrumentos de ação cotidiana das pessoas, suas formas de agir em relação às estruturas do dia-a-dia (Estado, economia, etc.). São verdadeiras performances operacionais que dependem do conhecimento cotidiano.

Como evidencia Certeau, mesmo se estendendo por toda parte uma rede de “vigilância”, precisada por Foucault (1979) na *Microfísica do Poder*, “por trás dos bastidores, tecnologias mudas determinam ou curto-circuitam as encenações institucionais”. Isso faz com que uma sociedade inteira não se reduza aos dispositivos da disciplina, antes, através de “procedimentos populares (também, minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los” (CERTEAU, 1998, p.41). Criam, portanto, *maneiras de fazer* que conformam a contrapartida, do lado dos consumidores, dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica.

O que estava em jogo, naquele momento, era efetivamente a disputa entre os agentes da lei e os ocupantes. Os agentes, ao tentar impedir a construção de casas de alvenaria, vislumbravam a possibilidade de retirar as pessoas daquele local e enxergavam a ocupação como um espaço provisório, cujas lonas seriam a constatação disso. Os ocupantes e as Brigadas, por outro lado, desejavam, desde o primeiro momento, afastar-se desta percepção e construir signos em que afirmariam a sua existência e, ao mesmo tempo, dificultariam sua remoção de um espaço que, apesar do

investimento pessoal na construção de suas residências, ainda enfrentavam as consequências do viver mal⁴⁶.

Figura 7 - Terreno da Dandara entre 04 de abril e 12 de julho de 2009.



Fonte: Google Earth, 2009, adaptada por Bruno Giacomini Coelho 2011⁴⁷.

A vivência em um espaço tão diminuto ocorreu até o dia 12 de julho daquele ano, quando, de posse da decisão do Ministério Público (MP), moradores e militância puderam expandir os limites da ocupação para além daqueles previamente acordados com a PMMG. Essa decisão judicial permitiu à ocupação tomar posse do terreno de forma integral, e possibilitou que fossem iniciadas conversas entre os moradores, as lideranças e o Escritório de Integração da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas, para a demarcação dos lotes e a elaboração do Plano Urbanístico para a Dandara⁴⁸.

O terreno em que a ocupação se deu estava abandonado desde a década de 1970, quando foi dado em regime de comodato à Construtora Modelo, incorporadora que veio

⁴⁶ As formas como são entendidas o “viver mal” serão discutidas ao longo do trabalho.

⁴⁷ Imagem gentilmente cedida por Tiago Castelo Branco - COAU

⁴⁸“O Escritório de Integração tem como principal objetivo levar a arquitetura e o urbanismo às comunidades periféricas, em especial à população de baixa renda, com pouco ou nenhum acesso aos serviços de um profissional de arquitetura. Ao mesmo tempo, em que se busca trazer essa realidade para dentro da escola, fazendo com que alunos e professores se envolvam com a realidade e estejam a par das demandas desta população” (CADERNO DE ARQUITETURA E URBANISMO 2012: v.19, n.24-25).

à falência nos anos seguintes. Quando ocupado, o terreno possuía dívidas de impostos que giravam em torno de 18 milhões de reais. Como foi dito, a realização da ocupação gerou grande repercussão na mídia, com reportagens em que eram relatados os enfrentamentos entre a polícia militar e os ocupantes. Nas primeiras horas da ocupação, expressivo contingente policial investiu contra os moradores, lançando gás de pimenta e bombas, buscando retirar as pessoas que ali se assentaram. No entanto, as famílias resistiram à ação policial, atirando pedras e usando, em alguns casos, os seus corpos como escudo. Ao fim desse embate, a ocupação teve algumas dezenas de moradores feridos e três pessoas presas (BRIGADAS POPULARES, 2015).

A forma como a ocupação ocorreu, assim como a ação policial em repressão, fez com que Dandara ganhasse destaque no cenário nacional e recebesse apoio de outros grupos de luta por moradia e Direitos Humanos. No blogue da ocupação, os seguintes eventos são descritos como significativos na luta pela permanência no terreno: no dia 17 de abril, a ocupação foi informada de uma ordem de reintegração de posse expedida pela 1ª. Instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). No dia seguinte, a então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, veio a Belo Horizonte para lançar no estado o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), evento para o qual os militantes se organizaram para ir, mas foram impedidos de entrar pela segurança local. Afirmando terem ido ao evento em busca de soluções para o problema que viviam, foram recebidos, após o lançamento do Programa, pelos então ministros Dilma Rousseff, Patrus Ananias e Fernando Pimentel e o Deputado Federal Virgílio Guimarães, reunião na qual ficou acordada a constituição de uma equipe de trabalho chefiada pelo deputado, a fim de propor soluções às famílias assentadas.

Em 21 de Abril foi suspensa a ação de reintegração posse movida pela Construtora, pela 2ª. Instância do TJMG. As Brigadas Populares receberam apoio internacional de grupos como: O *Movimento Internacional ATD Quarto Mundo - Fórum Permanente sobre a Extrema Pobreza no Mundo* da França e *Labournet* da Alemanha. Nos meses seguintes, a realização de eventos culturais com a finalidade de chamar a atenção da sociedade civil para a luta travada pela posse do terreno. Em maio daquele ano, a COPASA cortou a ligação clandestina realizada pelos moradores. Em junho a ocupação foi comunicada da cassação da ordem de despejo.

Em 12 de julho, a ocupação ganhou o direito de ocupar o terreno. Em agosto, o Ministério Público (MP), por meio da Procuradoria Geral, deu parecer favorável à

ocupação. Em dezembro, as famílias da ocupação participaram de uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), convocada pela Comissão dos Direitos Humanos (CDH), para cobrar do município o atendimento às famílias pelos postos de saúde e escolas do bairro.

Em maio de 2010 faleceu uma senhora na ocupação por falta de atendimento médico. Os moradores solicitaram o Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) e foram informados da impossibilidade de ser enviada uma ambulância à ocupação. Tal fato fez com que os moradores se organizassem e interrompessem a passagem de veículos na via 220, rodovia próxima à ocupação. Essa ação levou os moradores a se reunirem com o então Secretário de Saúde, que garantiu a eles o atendimento do SAMU em caso de nova solicitação.

A ação organizada pelos moradores da Ocupação Dandara levou a algumas vitórias, como o atendimento das famílias pelo posto de saúde da região e a aceitação dos seus filhos na rede pública de ensino. Por extensão, o atendimento destas demandas da comunidade levou à emergência de identidades políticas que pleiteavam autonomia em relação à estrutura e aos valores defendidos pela militância organizada.

Nos capítulos seguintes, serão objeto de reflexão a forma como se dá o processo de construção desta identidade brigadista e a relação dos moradores da Ocupação Urbana Dandara, com o projeto político defendido pelas Brigadas como modelo a ser implantado naquele território. Esses moradores assumem esse projeto ou, diferentemente, se distanciam dele com o tempo e a consolidação da ocupação?

3 OS SENTIDOS DE OCUPAR DANDARA: AS BRIGADAS POPULARES

Neste capítulo, analisarei as *Brigadas Populares* que, como foi dito na introdução, se afirmam como organização política autônoma que reivindica a construção do poder popular por meio da formação política de moradores interessados em ingressar no movimento ou em ocupar um terreno nas futuras ocupações realizadas pelo grupo. Nesse momento, a discussão se concentrará em torno da caracterização deste agrupamento e dos objetivos pretendidos por ele ao realizar uma ocupação e ao constituir as frentes de luta nesses espaços.

3.1 As Brigadas Populares

A criação das Brigadas Populares se deu em 2005, a partir da dissolução do Núcleo de Estudos Marxistas, um grupo que funcionava na Faculdade de Direito da UFMG, composto por alunos e professores da instituição, militantes de movimentos sociais, além de pessoas interessadas em discutir a teoria marxista. Se, num primeiro momento, eles se reuniam estritamente como um grupo de estudos, mais tarde o núcleo passou a promover seminários, debates e sessões de cinema com vistas à reflexão sobre a cidade. De acordo com Joviano Mayer⁴⁹, à medida que as discussões sobre o urbano foram se aprofundando, o grupo, voltado à análise da teoria marxista, avaliou como necessário a construção de formas de atuação sobre a realidade social. Com isso, o núcleo de estudos assumiu uma ação política efetiva nas comunidades periféricas de Belo Horizonte e iniciou sua transição para a organização que viria a ser denominada como as Brigadas Populares.

O início das atividades políticas se deu no Aglomerado da Serra⁵⁰ e na Comunidade Novo Lajedo. Na Comunidade Novo Lajedo (ocupação espontânea) foi realizado um trabalho de cunho jurídico que tentava reverter o processo de despejo que estava para ser expedido pelo TJMG. A entrada no Aglomerado da Serra foi concentrada em duas vilas — a São José e Cafezal. O foco ali foi a fundação da associação comunitária e a criação de mutirões de trabalho para a reforma e construção de casas. A primeira ocupação realizada pelas Brigadas, a Caracol, foi “gestada” ali. Embora essa ocupação não tenha resistido, sua existência representou a transição entre

⁴⁹ Entrevista realizada em 11 de dezembro de 2015.

⁵⁰ Maior aglomerado de favelas de Belo Horizonte e o segundo maior do país. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

aquele grupo de estudos instalado na Faculdade de Direito e a organização política que dele emergia.

Em 2007, as Brigadas, cuja atuação política se restringia ao estado de Minas Gerais, começaram a se aproximar de outras organizações políticas de luta pela moradia. Diante da verificação dos objetivos comuns que orientavam as suas ações e da necessidade de aumentar a sua força política frente ao Estado, esses coletivos realizaram em 2011 o I Congresso Nacional das Brigadas Populares, que deu origem ao documento denominado *Manifesto de Fundação e Programa das Brigadas Populares*. Este documento estabelecia a união das *Brigadas Populares* de Minas Gerais; o grupo *21 de Junho* (C21J), de Santa Catarina; o *Autocrítica*, da cidade mineira de São João del-Rei; e o *Movimento Revolucionário Nacionalista* (MORENA), do Rio de Janeiro, sob uma única organização, que assumiu o nome do grupo mineiro, Brigadas Populares. Hoje, a organização atua também em Sergipe, Pernambuco, Paraná, Paraíba, Espírito Santo e Distrito Federal (BRIGADAS POPULARES, 2016; MANIFESTO, 2011).

Os militantes que atuam na estrutura organizacional das Brigadas são, em sua maioria, jovens universitários. Segundo Joviano, a organização defende a maior participação política possível dos militantes nas decisões. Assim, embora haja instâncias de decisão formadas por militantes que ocupam postos na direção da organização, essas pessoas estariam sujeitas ao controle das bases. Além disso, de acordo com os líderes, há rodízio entre os membros que exercem funções decisórias. O propósito disso seria distinguir as Brigadas de outras organizações políticas (que eles apontam como pertencentes à esquerda clássica) que, em geral, contam com um corpo dirigente profissional. Apesar desse discurso, é possível notar que, assim como as organizações pertencentes à esquerda clássica, seus dirigentes brigadistas raramente deixam de ocupar postos de liderança dentro da organização.

As Brigadas reivindicam o pensamento marxista como hegemônico na organização. Seu propósito estaria em promover a construção de uma pátria livre, soberana em todos os aspectos, sob a qual os indivíduos poderiam desenvolver plenamente as suas capacidades humanas e naturais. No que se refere às ações de ocupação, as Brigadas promovem, entre os futuros moradores, o que os militantes chamam de "processo de educação política" — fundamental para que os participantes se conscientizem da sua condição de explorado e do seu direito de morar. Além disso, são realizadas Assembleias Populares, onde cada pessoa tem a oportunidade de colocar sua opinião e discutir sobre os assuntos de interesse da comunidade e do povo (BRIGADAS

POPULARES, 2009). A organização política, assim, não atuaria apenas na promoção de oportunidades habitacionais para a população mais carente, mas teria também uma dimensão pedagógica, de politização dos sujeitos envolvidos na ação política.

A organização funciona no bairro Floresta, em uma casa com cerca de 200 m² e dois pavimentos. No primeiro pavimento há uma pequena sala — onde são recebidos os membros das Brigadas⁵¹ e as pessoas interessadas em conhecer o coletivo — e um espaço amplo anexado à casa, reservado para as reuniões com a militância brigadista. No segundo pavimento há quatro salas, onde funciona o coletivo de Advogados “Margarida Alves”, que presta assessoria jurídica às ocupações.

Os brigadistas não possuem qualquer vínculo empregatício com a organização. Todos trabalham voluntariamente e contribuem financeiramente para com a instituição. Os valores arrecadados são utilizados para pagamento do aluguel do imóvel, água e luz. Entretanto, muitas vezes, o que se arrecada é insuficiente para fazer frente às despesas do mês. Nesse caso, as Brigadas promovem festas na dependência do imóvel com o intuito de conseguir dinheiro com a cobrança de ingresso e venda de bebidas, comidas e *souvenirs* com o nome da organização política. Nesses doze anos de existência, as Brigadas modificaram algumas vezes sua estrutura organizativa. Em 2005, o trabalho era realizado a partir das chamadas *Brigadas Territoriais*, que se restringiam às comunidades onde os militantes atuavam, com o objetivo de convidar novas pessoas para integrar a organização e participar de ocupações. No ano seguinte, eles passaram a se organizar em Frentes de Trabalho criadas para identificar as demandas recorrentes em cada comunidade e, por fim, foram criadas as Brigadas Especiais (BRIGADAS POPULARES, 2011).⁵² Compõe essa estrutura também um Secretariado (BRIGADAS POPULARES, 2009).

Na época da pesquisa de campo (entre 2015 e 2016), a organização possuía cinco frentes de trabalho, a saber: 1) a Antiprisional, voltada para a garantia dos direitos das pessoas detidas e de seus familiares; 2) a da Juventude, em que se discute a experiências dos jovens de periferia; 3) a Frente das Mulheres, onde se discute as possibilidades de inserção das mulheres na luta pela ocupação; 4) a Frente de Comunicação, que atua na divulgação das ações realizadas pelas Brigadas, e 5) a Frente pela Reforma Urbana, que surge como desdobramento da primeira Frente de Luta.

⁵¹ Denominados “brigadistas”.

⁵² Atualmente há duas Brigadas Especiais: a Nossa América, voltada para a promoção cultural; e a Jurídica. (BRIGADAS POPULARES, 2011).

Os Núcleos Brigadistas giram em torno de temas específicos, como formação, luta antiprisional, urbanismo, comunicação, juventude, gênero. Esses núcleos podem ser organizados por qualquer militante. Eles possuem autonomia em relação às Brigadas Territoriais, podendo surgir ou ter as suas atividades encerradas diante da verificação do objetivo pretendido por elas alcançado.

Na ocupação Dandara, foram implantados dois núcleos, Ana Terra e Guerreiras de Dandara, ambos voltados para a discussão de gênero e atuação política das mulheres (BRIGADAS POPULARES, 2009).

3.2. Ocupar: controvérsias entre ação política e o projeto de vida.

De acordo com lideranças das Brigadas Populares⁵³, uma ocupação pode surgir de forma espontânea ou organizada. As de tipo espontânea ocorrem sem que sejam observadas as condições de habitabilidade (se o terreno está sujeito a inundação; se ele foi usado para o descarte de material nocivo à saúde pública; se o declive é igual ou superior a 30% ou se não se trata de uma área de preservação ecológica), o que inviabiliza a ocupação do terreno. Nas ocupações espontâneas, também não se verifica a propriedade do terreno ou do imóvel que se pretende ocupar. As habitações erguidas nos aglomerados urbanos, motivadas exclusivamente pela necessidade de se ter onde morar e desvinculadas de qualquer ação de cunho político seriam consideradas espontâneas.

Uma ocupação organizada, diferentemente, tem início com a análise das condições de habitabilidade e da verificação da situação jurídica do terreno que se pretende ocupar⁵⁴. As ocupações organizadas resultam de ação política, realizada por meio da fixação de famílias carentes em um território. As ocupações organizadas pelas Brigadas são realizadas em áreas que não cumprem a função social da propriedade em local destinado à moradia popular. O dispositivo jurídico que auxilia o movimento em sua ação política é o Estatuto das Cidades, que dispõe dos condicionantes legais que justificariam a desapropriação de um terreno ou imóvel. Como coloca Isabella (entrevista realizada em junho de 2015):

Resultado da ação de uma ampla rede de atores sociais, as ocupações destinadas às moradias nascem do desejo das Brigadas Populares de construir

⁵⁴ Avaliando, por exemplo, casos como o de abandono devido a dívidas tributárias de algum dos entes federativos em caso de uma propriedade particular, ou o da não utilização do espaço quando o bem pertencer ao Estado.

nos territórios de organização coletiva, cuja construção dos espaços de democracia direta em que os seus moradores sejam capazes de desnaturalizarem as opressões vividas por aqueles sujeitos e torná-los mais conscientes dos seus direitos e comprometidos com um projeto social e político, com vistas a superação das condições que gerariam as desigualdades existentes no espaço urbano.

O espaço projetado pelas Brigadas seria o território sob uma perspectiva lefebvriana, aberto às experimentações de novas práticas democráticas e de produção da vida, expresso na crítica à propriedade privada e na defesa de uma convivência mais coletivistas entre os ocupantes. Esse território coletivo assim constituído não está imune, portanto, às tensões advindas de sua própria composição – onde sujeitos que possuem outras identidades (posicionamentos políticos, fé religiosa, origem familiar) acabam muitas vezes rivalizando com as pretensões do coletivo político.

Um exemplo disso se dá quando confrontamos os discursos dos moradores brigadistas e militância em que realizam descrições pormenorizadas das fases a serem percorridas durante o processo preliminar de ocupação, ditas como de fundamental importância para preparação política dos ocupantes, tendo em vista que a conscientização dos sujeitos: os levaria à emancipação e autonomia. E a trajetória dos residentes da Dandara que em sua grande maioria na Vila Bispo de Maura – favela vizinha à ocupação - e do bairro Céu Azul, bairro em que a ocupação se situa. Tal fato chama atenção ao revelar que ao contrário podemos ser levados a crer, os grandes fluxos de pessoas interessadas em residir naquela Ocupação não são de pessoas oriundas de outros pontos da cidade, como a militância afirma, mas dos espaços contíguos ao assentamento. A grande demanda razão apontada pelas lideranças para justificar para a ocupação receber um número de pessoas maior do que o inicialmente planejado, não se trata de uma ação deliberada do movimento pró-moradia pois quanto maior o número de moradores (ocupantes), maior a visibilidade da ação e, daí maior a probabilidade de retardar o processo de despejo. Um apoiador das Brigadas Populares comenta sobre essa estratégia, ao relacionar as Ocupações Izidoro e relacionar com a Dandara:

[...] quando você coloca no jornal que tem 8 mil famílias morando lá [Izidoro], todo mundo fica assustado em remover aquelas pessoas. Não fica? O governo, a polícia. Então, isso tudo é um jogo político importante, para poder garantir as pessoas naquele espaço. E essa situação também ocorria na Dandara. As pessoas falavam: tem 1400 famílias e tal, só que eu que estava lá cotidianamente, eu sabia que tinha no máximo umas 800 famílias, que estavam de fato engajadas.

Na pesquisa de campo, essa situação é facilmente observada. Os militantes das Brigadas afirmavam que a ocupação Dandara foi pensada para assentar as 150 famílias que haviam passado pela formação anterior à ocupação, embora eu não tenha conversado (informalmente ou em entrevista) com nenhum morador que passou pela formação política antes de ocupar Dandara. Todos os entrevistados me disseram que haviam migrado para a ocupação depois que ela estava instalada e afirmaram ter tomado conhecimento tanto da existência da organização política quanto da ideia de moradia como direito durante as sucessivas assembleias ocorridas nos primeiros meses de ocupação.

Ao serem questionados sobre isso, os dirigentes das Brigadas apontam para o esgotamento das políticas habitacionais nas gestões Fernando Pimentel (2001-2008) e Márcio Lacerda (2009-2016), e para a impossibilidade de haver uma ação de ocupação totalmente planejada. O que, segundo a avaliação das lideranças, os obriga a ter capacidade de acomodação diante de um aumento da procura de pessoas interessadas em ocupar o território. No entanto, não podemos perder de vista que essas estratégias adotadas pelas Brigadas se configura num poderoso mobilizador social capaz de ser decisivo para a concessão dos objetivos.

Nos primeiros anos de ocupação, sob ameaça mais efetiva de despejo, as Brigadas exerciam sobre a ocupação grande poder, e mobilizava os moradores nas lutas pela efetivação do espaço. Sob a direção das Brigadas, moradores da ocupação marcharam de Dandara à Avenida Afonso Pena, Centro da cidade de Belo Horizonte, onde se situa a sede administrativa da prefeitura do município, tendo como objetivo suspender a ação de despejo em curso naquele momento.

O poder público foi mobilizado. O então vereador Adriano Ventura (PT) se apresentou como aliado da Ocupação Dandara. É deste vereador o projeto de lei (PL 127/2012) que dispõe sobre a desapropriação do terreno em que se encontra a ocupação Dandara para fins de moradia popular. Ainda, nos primeiros meses representes da Ocupação Dandara e das Brigadas Populares foram à Brasília; recebidos pela então presidente Dilma Rousseff, solicitaram que o governo negociasse com a prefeitura de Belo Horizonte, administrada por Márcio Lacerda (2009-2016), a autorização para que as escolas municipais próximas à ocupação pudessem receber as matrículas das crianças

oriundas da Dandara. Além disso, durante o pleito de 2012, a ocupação Dandara, cujos representantes se opunham à candidatura à reeleição de Márcio Lacerda, assumiu um protagonismo enquanto a ocupação mais bem-sucedida das Brigadas Populares até aquele momento, combatendo as propostas do prefeito-candidato para as ocupações urbanas.

Em todas as entrevistas, o corpo diretivo das Brigadas Populares afirmam a independência das ocupações urbanas em relação às Brigadas e das Brigadas em relação a elas. O papel do movimento, segundo a militância, seria criar condições para que os envolvidos na ocupação pudessem construir um território autônomo politicamente em relação às Brigadas, o que chamam de auto-organização do povo. No entanto, tal movimento de independência não é feito sem tensão, uma vez que é possível que estruturas de poder existentes nas Brigadas Populares acabem sendo reproduzidas no interior da Ocupação Dandara — como pode ser o caso das coordenações de setor: estas têm a tarefa de responder às demandas de um determinado número de moradores, havendo coordenadores responsáveis por responder as demandas de cerca de cem famílias. E, na medida em que exercer a coordenação é estar investido de poder, observei certa tendência a emergir daí certa posição hierarquicamente superior, que parece colocar quem a ocupa em um plano mais privilegiado em relação aos demais moradores da ocupação. Pude observar casos em que moradores que exercem essa tarefa acabam impondo suas vontades em nome daqueles que representam⁵⁵. Nos primeiros anos da Ocupação, o período em que os vínculos e o discurso de dependência da Ocupação em relação às Brigadas e às lideranças internas eram maiores, os coordenadores acumularam poder e exerciam grande influência em Dandara, sendo chamados para ajudar na solução dos pequenos dilemas e conflitos familiares, por exemplo. Esses momentos costumavam, ademais, guardar estreita relação com o período de maior disputa entre os sujeitos que efetivaram a ocupação e o Estado.

Passado o momento de maior confronto com o poder público, o conflito se direciona para as situações internas e os primeiros sujeitos a serem questionados são os coordenadores de setor, que têm seu poder político posto em xeque. Diante disso,

⁵⁵ Na Dandara foram montadas nove duplas de coordenadores que respondiam por questões ligadas às Brigadas Populares como organização dos moradores para a realização de alguma ação política até a intermediação em conflitos familiares. Estrutura forjada para melhor atendimento das demandas das famílias ocupada.

percebe-se o desejo dos moradores da ocupação em abandonar as coordenadorias e a vinculação com as Brigadas.

Entre os moradores antigos e os mais recentes da Dandara, há reconhecimento do papel exercido pelas Brigadas durante o período de resistência e para a consolidação daquele espaço. No entanto, torna-se cada vez mais acentuado entre aqueles que não possuem vínculo com as Brigadas o discurso de independência em relação à organização e mesmo da superação das estratégias de luta (caminhadas até o centro da cidade, ocupação da prefeitura, bloqueio de rodovias federais) como forma legítima de atuação política. Acredito que a minha entrada em campo se deu justamente no momento em que essas transformações estavam se aprofundando, onde alguns moradores antigos já não moravam referências nos primeiros anos de luta não mais residiam na Dandara, outros, sem qualquer vínculo com as Brigadas, mudavam para ocupação e ainda alguns dos fundadores buscavam por se desvincular da organização política. Sendo esses dois últimos grupos maiores, acabavam por impor outras dinâmicas e projetos ao espaço. Nesse sentido, a festa de aniversário de seis anos da ocupação parece ser um evento que explicita essa mudança.

Uma das datas mais festejadas pela ocupação era o seu aniversário. Moradores mais antigos não cansam de citar em suas entrevistas fatos ocorridos em festas anteriores e de reinventar o convite para a próxima comemoração, enquanto mostram as blusas comemorativas dos anos anteriores como torcedores que colecionam os uniformes do seu time de coração.

Estava em campo no aniversário de seis anos da ocupação e, por isso, passei o final de semana em que se realizaria a festa hospedado na casa de moradores militantes das Brigadas. Ajudei na preparação da festa, especialmente na armação das barracas para a venda de comidas e bebidas. Guardava indisfarçável ansiedade, justamente porque a festa, pelo menos até aquele momento, era descrita como o grande evento da ocupação. Logo pela manhã fui surpreendido pelo baixo envolvimento dos novos moradores do assentamento, que se mostravam pouco dispostos tanto a colaborar com os preparativos da festa, como a comparecer ao evento. A festa, na verdade, contou apenas com os moradores militantes e convidados que não moravam em Dandara.

Na hora da festa, o casal que me hospedava colocou à frente de sua barraca a bandeira das Brigadas Populares. Esse gesto, comum nos aniversários anteriores,

segundo relatos, causou confusão naquele dia. Lourdes, uma moradora, que já havia participado das Brigadas, pisou na bandeira ao se aproximar da barraca. Embora essa ocorrência, pudesse ter sido considerada acidental, tendo em vista que a bandeira alcançava o solo dificultando que não fosse pisada, não foi isso que aconteceu. A moradora foi acusada de ter agido propositalmente contra a bandeira, talvez porque viesse criticando o modelo de ação das Brigadas Populares⁵⁶. As lideranças das Brigadas Populares conhecem o discurso de Lourdes e o criticam, como ficou claro em entrevistas que fiz com pessoas que exercem cargos de liderança nas Brigadas, afirmando que ela foi cabo eleitoral de candidatos à vereador identificados com o campo da direita, e que promove alianças entre eles e moradores da ocupação. Os líderes das Brigadas desaprovam esse tipo de vínculo que, de acordo com eles, comprometeria a luta tradicional da organização.

As tensões existentes entre moradores brigadistas e aqueles que desejam se desvincular dela é evidente. Moradores que antes exerciam cargos de liderança por meio das coordenações, como Felter, lembram, com nostalgia, de um tempo em que a comunidade era mais solidária e mais envolvida em questões coletivas. Segundo ele, a coordenação propiciava a construção de relações mais fraternas, distintas das estabelecidas recentemente em que os vizinhos não mais se conhecem e a Associação de Bairro ao estabelecer não intervir na mediação de conflitos seria a expressão desta nova realidade na Dandara. Convidado a refletir sobre quais seriam as diferenças existentes entre a coordenação e a associação de bairro, Felter afirma:

Primeira diferença é o CNPJ. Até mesmo porque, dinheiro, doação eles têm que prestar conta. A coordenação estava para resolver conflitos pequenos dentro da comunidade e a associação arrecada dinheiro, você tem que ter uma contribuição. A coordenação não tinha nada disso, a coordenação ficava mais junto do povo, a associação não fica. Ela luta pela comunidade, mas ela não agrega. O povo que vai lá, e apresenta determinado problema, mas eles não vão tentar solucionar. Quando era a coordenação não, a gente anda pela comunidade, meu grupo tinha um problema e eu chamava a Ângela, que também era coordenadora e ela também me ajudava, a gente desenvolvia esse trabalho todo em equipe. Não é que essa associação não tenha essa equipe, mas ali, já começa a sair fora do social e começa a girar em torno do dinheiro. (Felter. Entrevista realizada em 07 de abril de 2015).

A associação, nascida do interesse dos moradores de conquistarem maior independência em relação aos coordenadores de setor acabou por contribuir para indicar a existência de uma centralização do poder dentro da Ocupação Dandara, fato presente

⁵⁶ Lourdes afirma que a logomarca das Brigadas, uma mão empunhando um chicote, deveria ser substituída por mãos (que representariam as mãos de deus) com um punhado de terra.

também nas Brigadas Populares. As estruturas de poder em ambos os casos são marcadas por forte centralização nas esferas de comando. A construção da associação, ao instituir uma nova dinâmica traz os novos atores para as instancias de decisão ao mesmo tempo em que contribuiu para o declínio do poder exercido pelos coordenadores, fazendo com que eles se ressentissem da sua existência.

Conforme a maneira corrente de pensar a partir de pressupostos marxistas, temos uma luta “popular” contra uma estrutura que surge como o inimigo a ser combatido: no caso aqui o Estado ou elementos da especulação imobiliária (e a intenção em combater a existência de lotes individuais ou sem construção). Neste sentido o processo pelo qual se é realizado o trabalho “com as bases” tem como pressuposto a crença na existência de uma normatização dos mecanismos de exploração, esses dados como naturais. Considera-se, em um paradigma da resistência, onde após uma “formação”, dá-se uma “conscientização”, auto-organização, “autonomia dos sujeitos

Entretanto, a realidade se apresenta mais complexa, pois ao invés de lutarem simplesmente contra “o Estado”, ou “o Capital”, as populações dos assentamentos veem emergir clivagens internas àquele espaço. Elas podem ser tanto ideológico-políticas – como o caso da Sônia acusado de ter pisado de forma proposital na bandeira da ocupação, quanto em relação aos conflitos familiares, de vizinhança, de luta pelo poder interno à ocupação, visibilidade, recursos (alguns militantes começaram a se sobressair no acesso a determinados recursos específicos).

No capítulo seguinte, a discussão se volta a forma como foi recebido pelos moradores a divisão em lotes coletivos. Discutirei a forma como esse tipo de parcelamento do solo é percebido pela militância e pelos moradores da ocupação.

Figura 8 - Configuração atual da ocupação Dandara (1)



Fonte: Daniel Cruz, 2016

Figura 9 - Configuração atual da ocupação Dandara (2).



Fonte: Daniel Cruz, 2016

4 OS SENTIDOS DE OCUPAR DANDARA: OS MORADORES

Neste capítulo abordo a configuração atual da ocupação Dandara, os novos agentes e os possíveis desacordos existentes entre eles, além da recepção à proposta da divisão em lotes coletivos. Discutirei a forma como esse tipo de parcelamento do solo é percebido pela militância e pelos moradores da ocupação.

4.1 Breve história dos moradores

Como foi dito no primeiro capítulo, o início da ocupação despertou o interesse de alguns moradores vizinhos do terreno, entre os quais, Ângela, Wagner, Sônia e Seu⁵⁷ Orlando, que posteriormente se tornaram coordenadores de setor da ocupação. Ângela e Wagner residiam no Céu Azul, Sônia e Seu Orlando na Vila Bispo de Maura, favela situada na divisa entre Belo Horizonte e o município de Ribeirão das Neves, vizinha da ocupação.

Ângela conta que ao acompanhar as primeiras movimentações da ocupação decidiu tentar um lote para a irmã que estava se divorciando, não possuía renda e ainda tinha filhos menores de idade. De acordo com ela, a ocupação poderia representar um porto seguro para sua irmã e seus sobrinhos, tendo em vista que residir em Dandara possibilitaria à família a conquista da casa própria. O cunhado de Ângela, no entanto, alugou um imóvel para sua antiga esposa e os filhos no bairro Estrela D’Alva, onde elas já residiam. Porém, devido às idas diárias à ocupação, Ângela afirma ter estreitado laços com as lideranças das Brigadas e com os moradores que ali já estavam, fazendo com que se “apaixonasse pela luta”, e o lote antes destinado à irmã⁵⁸ lhe foi entregue quando a divisão dos lotes foi efetivada. Assim, ela se tornou moradora de Dandara, e tempos depois, liderança das Brigadas Populares.

Wagner tomou conhecimento da ocupação através do seu filho e assim relata o fato:

Eu morava ali do lado, aqui era o campinho. Aí o meu filho me falou que estava tendo uma ocupação aqui e eu não quis saber. Eu achava que ocupação — ocupação, não, eu falava invasão! — era coisa de bandido. Mas o meu filho veio e eu vim buscá-lo. Só que ao entrar para buscá-lo a polícia cercou toda a ocupação e não podia entrar e nem sair. Ficamos aqui três dias só na resistência, quando eu vi não queria mais voltar. Já era uma brigadista.

⁵⁷ Optei por utilizar o seu (corruptela de senhor, que gramaticalmente seria *seo*), para manter o modo como as pessoas o chamam.

⁵⁸ As histórias relatadas inicialmente pelos moradores sobre as razões que motivaram a ida para a ocupação não são tratadas como um ato de vontade ou motivação política. De modo geral, as pessoas afirmam que a ação é realizada em favor de um filho, um irmão.

A opção pela vida de militante, segundo Wagna, deu-se por acaso e, de acordo com ela, contribuiu para que ela atravessasse uma crise conjugal. Felter, seu marido, não concordava com seu ingresso na luta por moradia. Descontente com o fato de a esposa deixar a casa em que morava de aluguel e se juntar aos ocupantes no terreno localizado no bairro Céu Azul, chegou a afirmar que se separaria dela e pediria a guarda do filho caso ela não desistisse daquela ideia. Ele trabalhava como eletricitista (autônomo) e mesmo assumindo que tinha dificuldades para arcar com os custos do aluguel, acreditava que a opção feita por sua companheira importaria maiores sacrifícios à família, ao residir em lugar desprovido de saneamento básico, abastecimento de água e energia elétrica.

Algumas vezes entrevistei Wagna na presença de Felter e ele concordava, ainda que entre sorrisos sem graça, com a história que me era relatada por sua esposa. No entanto, quando eu o entrevistei — sem a presença de Wagna — ele afirmou que era contrário à ocupação naquela época devido a um duplo desconhecimento: da teoria marxista e do que seria uma vivência comunitária.

É possível que passada a insatisfação inicial com a opção levada adiante pela esposa, participar da luta por moradia tenha de fato levado Felter a rever as suas posições. Mas ouvi, em diferentes entrevistas com moradoras da ocupação, que a separação ou crise conjugal durante a fase em que a ocupação é implantada não é um fato isolado. Muitas uniões são desfeitas, em razão da escolha de morar em ocupações partirem, em grande parte das vezes, das mulheres, que por sua vez, encontram em seus companheiros forte resistência à ideia⁵⁹.

Já Sônia morava em um barracão emprestado pelo seu pai, com dois filhos, nora e uma neta recém-nascida. Da janela de sua casa, na Vila Bispo de Maura, ela viu a movimentação “naquele terreno abandonado há anos, que levava seus filhos para brincar quando criança”. No primeiro momento afirma não ter se interessado, mas diante da insistência do seu filho recém-casado, pegou alguns “lençóis e desceu” em direção à ocupação que se formava. Com os lençóis ergueu três tendas, logo substituídas por lonas negras. Hoje, Sônia possui uma casa com três quartos, banheiro e cozinha. A pintura interna do imóvel, assim como o azulejo e o piso do banheiro, reluzentes,

⁵⁹ O relato sobre o papel das mulheres na implantação da Ocupação Dandara, embora relevante, foge ao escopo dos temas a serem abordados nesta dissertação, merecendo uma análise mais acurada em um momento posterior.

mostram que essa obra foi realizada recentemente. A construção, no entanto, não foi finalizada, e a casa ainda está sem reboco.

Seu Orlando também morava na Vila Bispo de Maura. Todos os dias caminhava nas imediações do lote. Uma vez viu grupos erguendo barracas de lona e decidiu ajudá-los. Esse foi o seu primeiro contato com pessoas das Brigadas Populares. Já no início, ao conversar com aquelas lideranças, se interessou pela causa e se fixou na ocupação. Atualmente, Seu Orlando é umas das lideranças da Frente pela Reforma Urbana.

Luísa, por sua vez, soube da ocupação pela filha, que lhe propôs mudar-se para lá. Luísa já havia morado em uma ocupação, realizada em um conjunto habitacional em Contagem, cidade polo industrial que integra a região metropolitana de Minas Gerais (RMBH). Essa primeira investida em uma ocupação se deu por iniciativa própria há 27 anos, quando estava grávida da sua primeira filha. Nessa época, o trajeto que fazia para o trabalho passava próximo a um conjunto habitacional recém-construído e ainda desocupado. Grávida, sem possibilidade de continuar pagando o aluguel, ela e outros moradores vizinhos ao prédio decidiram ocupar os apartamentos. Para a nova casa levou os poucos móveis que possuía e, com a ajuda dos amigos, conseguiu entrar pela janela de um dos apartamentos, onde permaneceu por oito anos, e lá teve o seu segundo filho.

Ela conta que o dia da chegada da ordem de reintegração de posse foi traumático para seus filhos, pequenos, na época. Funcionária em um restaurante, foi informada da ordem judicial no trabalho. Ao retornar para a casa, encontrou seus filhos na rua junto aos móveis e outros bens pessoais. O fato de ter vivido todos esses anos em uma ocupação em que foi despejada fez com que ela descreditasse da possibilidade de sucesso dessa prática. Quando a filha a avisou sobre Dandara, ela estava desempregada, e foi a insistência da filha⁶⁰ para que ela fosse viver lá que a fez participar de algumas reuniões, embora somente tenha mudado para lá quando a Ocupação conquistou o direito de ocupar toda a área do terreno.

Já Flávia, solteira, mãe de quatro filhos e avó de uma menina de dois anos, estava desempregada quando foi entrevistada. Moradora da Ocupação há cinco anos, iniciou sua fala dizendo do orgulho dos cursos que fez pela obra social São José⁶¹: curso de informática; de segurança — que lhe permite ser segurança armada —; de montagem e instalação de aquecedor solar, além do curso de cabeleireira e manicure, que vem lhe

⁶⁰ A filha era quem morava na casa ocupada.

⁶¹ Esta é uma obra assistencial ligada à Igreja Católica que se dedica ao ensino profissionalizante de adolescentes e jovens da região. É uma das entidades que compõe a rede de apoio da Ocupação Dandara.

possibilitando o sustendo da casa. Antes de se fixar na Ocupação, residiu no bairro Nacional, no município de Contagem e na cidade de Esmeraldas, ambos na RMBH. No bairro Nacional, sua casa contava com a prestação de todos os serviços públicos; em Esmeraldas não havia abastecimento de água, o que levou os moradores a instalarem cisternas e fossa séptica no local. Assim, quando se mudou para Dandara, o uso de fossa séptica não a incomodou, até porque, por haver água, Dandara já era melhor do que o bairro de sua última casa. Quando Flávia se mudou para Dandara, a Ocupação já estava implantada há três meses. Um ex-cunhado havia tomado conhecimento da ocupação e sugeriu que ela fosse para lá. Sem perspectiva de trabalho, com o pagamento do aluguel da casa em atraso, aceitou conhecer o assentamento e participar das reuniões. Sua entrada se deu quando o judiciário já havia concedido aos ocupantes o direito de permanecer no terreno. Flávia sempre viveu em situação de vulnerabilidade social – mãe aos doze e avó aos vinte e oito, afirma que nenhuma situação por ela vivida foi tão impactante quanto a de morar em lonas nos primeiros meses da ocupação:

É uma experiência que eu não vou me esquecer, nunca! Eu não vou esquecer nunca, porque eu nunca havia passado por isso antes na minha vida, porque eu me deparei com uma situação que eu imaginei que eu não ia conseguir. Eu morava e pensava que estava no tempo mesmo. Como se eu tivesse morando debaixo da lua, das estrelas, porque eu morava de aluguel, mas eu tinha as paredes, o teto. E na lona, você praticamente está na rua. Mas, assim, no início eu chorava muito, eu chorava demais, porque eu achava que era o fim para mim, que eu não iria ter uma oportunidade na vida, e que aquela situação que estava vivendo era o fundo do poço. Na época, para mim. Mas, com o passar do tempo, eu fui criando uma resistência muito grande, e eu fui aprendendo a conhecer um outro lado da vida, que eu desconhecia.

Antônio, baiano, vive em Belo Horizonte há vinte e um anos. Veio para a cidade sozinho, deixando mulher e filhos em Mucugê, sua cidade natal. Assim que chegou em Belo Horizonte, dormia na cantina da Igreja Quadrangular, denominação religiosa da qual é membro. Assim que começou a trabalhar como pedreiro, alugou uma casa no Aglomerado Santa Lúcia. De lá se mudou para o bairro Nova Cintra, região Oeste da cidade, até que uma forte chuva derrubou parte do imóvel em que residia. A partir daí foi morar na Vila Bispo de Maura, seu último pouso antes de Dandara.

Antônio, tomou conhecimento da Ocupação Dandara por meio de vizinhos que demonstraram interesse em “descer o morro” conquistar um terreno na ocupação⁶². Participou das primeiras reuniões realizadas pelas Brigadas, condição, segundo ele,

⁶² A expressão “descer o morro” trata-se de uma categoria nativa usada pelos moradores dos aglomerados para demarcarem a mudança da pessoa das favelas ou simplesmente a ida ao trabalho em direção ao “asfalto” (ao espaço urbanizado).

necessária para que viesse a conquistar um lote. Receoso com a possibilidade de reintegração de posse, porém, não se mudou logo que se deu a “invasão”⁶³. Apesar da recusa inicial em se mudar para a Ocupação — que ele credita à insegurança representada pela migração para o lote —, continuou a participar das reuniões promovidas pelas Brigadas Populares, acreditando que pudesse haver desistência entre as famílias contempladas. Ao perceber a possibilidade da desistência de um morador, propor-lhe a um morador a compra do terreno. Pagou 2500 reais por ele.

Antônio, que estava economizando para a compra de uma casa, investiu parte de suas economias na compra desse terreno e o restante na compra de material de construção. Em dezembro de 2010, se mudou. Em cinco anos ele ampliou a casa, construindo mais um quarto e um banheiro. Nesse tempo, se engajou aos demais moradores na luta pela regularização da ocupação, participando dos atos contra a ação de despejo e se juntando aos demais moradores em três caminhadas até o centro da cidade, montando acampamento na porta da sede da prefeitura. Ações levadas a frente pelas Brigadas Populares.

Verônica, o marido e a filha se mudaram para Dandara em 2012. Afirmam logo no início da entrevista o desconhecimento que tinham com relação à disputa jurídica em torno da propriedade do terreno. Dizem ter sido enganados por uma pessoa que afirmava ser proprietária do terreno posto à venda. Quando adquiriu o terreno, Verônica residia com o marido e a filha em um barracão com quarto, sala, cozinha e banheiro, nos fundos da casa da mãe, no bairro Belmonte. Segundo ela, o loteamento que acreditava ser uma realização da prefeitura apareceu como a chance de sair da casa dos pais e conquistar a sua casa. Fechou o negócio e acordou com Waldir, seu esposo, destinar uma pequena quantia dos seus salários ⁶⁴ para comprar o material necessário para erguer um pequeno barracão. Assim, às sextas-feiras, ao fim do expediente, Waldir montava em sua bicicleta e percorria os quinze quilômetros que separam o bairro Belmonte, na região Nordeste de Belo Horizonte, do bairro Céu Azul na região Noroeste da cidade. Nos finais de semana dos meses que se seguiram, investiu tempo e recursos financeiros para levantar sua casa.

Durante uma das visitas feitas para acompanhar a casa erguida por Waldir e a possibilidade de mudar-se, Verônica foi convidada por um morador da Ocupação para

⁶³ Seu Antônio chama a ocupação de invasão, termo, aliás, utilizados por outros moradores de Dandara.

⁶⁴ Verônica trabalhava como ajudante de serviços gerais. Waldir estava contratado como pedreiro de uma construtora em 2012, quando foram residir em Dandara.

se juntar aos demais em uma caminhada da ocupação à PBH. Surpreendida com o convite e sem compreender a razão daquilo, tomou conhecimento que o terreno adquirido por eles adquirido não se tratava de um loteamento oficial. Nos dias que se seguiram, ela e seu esposo chegaram a pensar em desfazer-se do lote e adquirir outro terreno em um loteamento legal. Mas, devido ao investimento realizado na construção da casa, mudou-se para a ocupação. Sua casa possui seis cômodos – sala, três quartos, cozinha, banheiro. Os quartos já estão com piso revestido e diz que em breve pintará a sala.

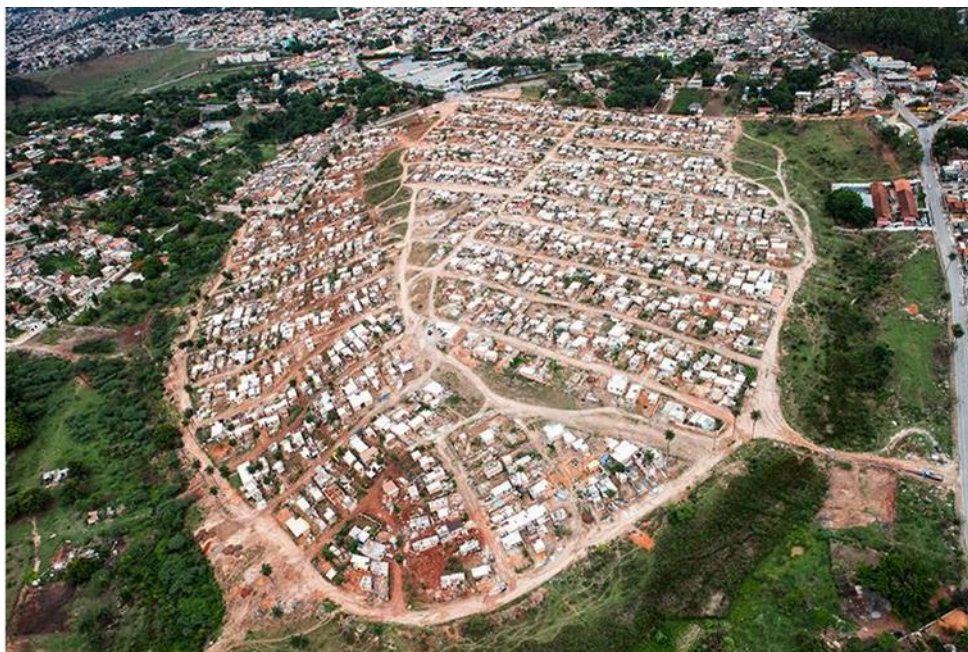
Um dado curioso em relação aos entrevistados é que todos afirmaram que não conheciam as Brigadas Populares até o dia da ação de ocupação – e durante todo o período mais intensivo de pesquisa de campo, entre fevereiro e setembro de 2015, não encontrei nenhum morador que fosse membro de umas das 150 famílias trazidas pela organização naquele 9 de abril de 2009. O fato de eles não terem passado pelo processo de formação política, anterior à ocupação do terreno, não constituiu em empecilho à sua entrada no território. Os ocupantes entrevistados afirmam ter tido a formação política quando já viviam em Dandara. O fato que chama a atenção é o seu discurso politizado, que justifica ações de ocupação como práticas legitimadas constitucionalmente, realizadas como estratégia para reivindicar a cidadania e denunciar os atos repressivos cometidos pelo aparato policial. Porém, quando questionados sobre as razões que os levaram pessoalmente a ocupar, atribuem a sugestão a terceiros ou ao acaso.

4.2 A "descida para o lote": ato político, ação de fé.

Os primeiros três meses de ocupação em Dandara foram marcados por grande tensão. Confinados em um pequeno espaço, sitiados pelo efetivo policial presente desde o primeiro momento, esse período é descrito pelos moradores como sendo o de maior sofrimento, seja pela ausência das condições de habitabilidade, seja pelas incertezas da efetivação da ocupação ou pelo receio de um conflito entre o destacamento militar e os moradores⁶⁵. A primeira semana de ocupação surge como um evento significativo presente nas falas tanto dos moradores quanto dos militantes, compondo uma espécie de construção narrativa que parece ter a tarefa de recompor a trajetória de lutas enfrentadas por esses moradores na conquista da moradia.

⁶⁵ É interessante que mesmo aqueles moradores que se mudaram para Dandara nos anos seguintes, mencionam essa tensão em seus relatos.

Figura 10 - Terreno da Dandara em 18/10/2011



Autoria: Marcílio Gazzinelli em 18/10/2011⁶⁶

A entrada na ocupação, ocorrida em abril de 2009, só perde importância nos relatos dos moradores para o que chamam de descida para o terreno". Durante os primeiros meses, lideranças do movimento da luta por moradia acordaram com a Polícia Militar o respeito estrito a uma fração equivalente a 20% do terreno. Esse acordo, porém, consistia numa tentativa de ganhar tempo para que fossem elaboradas estratégias para a ocupação de todo o terreno. Uma vez firmado o acordo, as Brigadas Populares contabilizavam na ocupação um total 1087 famílias (segundo dados informais do movimento), e em pouco tempo reuniões, com o objetivo de formar politicamente as famílias, começaram a ser organizadas. Assim como o ensaio para a formação dos grupos que simulariam a realização de uma procissão religiosa quando os moradores do assentamento ocupassem todo o terreno. A ação consistia em burlar o efetivo policial que se fez presente nos primeiros meses de existência da Dandara. Essa ação policial constitui em estratégia adotada pela PM a fim de coibir a entrada de material construtivo, novos moradores e impedir que o assentamento se expanda para além dos limites previamente acordados. Desta forma, atores envolvidos na fixação da ocupação trabalharam durante alguns meses na ação para ocupar todo o terreno pertencente à Construtora Modelo: a ação por eles adotada consistia na simulação de uma procissão.

⁶⁶ Imagem gentilmente cedida por Tiago Castelo Branco - COAU

Ocupantes que até aquele momento residiam em barracões de lonas, foram separados em oito grupos contando com mais de cem famílias cada um, e iniciaram, assim, a tomada da área do terreno como um todo. Esse momento é visto por muitos moradores como um passo em direção à conquista da casa, uma vitória, como diz Ângela:

[Quando] vencemos⁶⁷ em 12 de julho de [2009], foi um dos dias mais felizes, significou muito para mim Você vê as pessoas descendo em filas [como se estivessem] fazendo procissão... Porque a polícia estava vigiando a gente, então nós entramos em fila assim, cantando.... Para mim foi o melhor dia. Sabe quando você olha nos olhos das pessoas, [e vê] aquele entusiasmo de conseguir a sua casa. Foi quando a gente estava lá em cima, as lideranças, da qual eu faço parte, cada coordenador, o menino [Tiago Castelo Branco] já havia feito a planta, mapeado tudo direitinho, não sei se você sabe que aqui tem uma planta?

Já Irmã Rosário pensa o processo de ocupação do terreno a partir da mística religiosa:

Dandara derrubou o muro que impedia de passar para a outra margem. Sim, é do Evangelho o convite em tom imperativo de quem sabe o que diz: “Passamos para a outra margem”. Assim foi hoje, 12 de julho de 2009, na ocupação Dandara: verdadeiramente a experiência de Deus na Terra Prometida! Após várias negociações e planos de mediação de pequenos conflitos, todo o povo se concentrou no espaço até então ocupado em canto de viola, descemos juntos à quadra grande cerca de quatro hectares cada com os respectivos lotes coletivos a fim de ocupar todo o espaço da terra de posse legítima da Dandara. Como em uma grande procissão cantava-se hinos das diversas igrejas presentes e a fé no Deus da vida, o Deus de Jesus, que vê, ouve e desce junto ao clamor de seu povo, era um dos elementos que nos unia e nos fortalecia. Depois de uma parada onde rezamos, cada grupo seguiu com a coordenação para uma quadra. Desta forma, o povo se espalhava pela terra e começava a fincar estacas e arar a terra (OCUPAÇÃO DANDARA, 2015).

Da mesma forma, Olestista Resende, moradora da ocupação desde o primeiro momento, descreve a descida como tendo forte elemento místico religioso:

Teve um momento importante, que conto e até hoje eu choro. Foi o dia em que o Frei Gilvander desceu conosco para a repartição do lote. Esse dia foi bonito, porque foram umas mil pessoas [descendo em direção aos lotes demarcados] e para mim foi como a abertura do Mar Vermelho, quando Moisés entrou com o povo. Para mim foi igual. Eu desabei a chorar. (Documentário Dandara, 2012).

A formação política, assim como a elaboração de estratégias voltadas para a permanência no espaço parece fazer emergir entre os ocupantes um sentimento de pertencimento e de luta comum. De acordo com Souza Santos (2008), é durante o processo de luta por moradia que os participantes dos movimentos sociais tomam

⁶⁷ Ângela diz que foi uma vitória, porque nesse dia foi suspenso o pedido de reintegração de posse.

conhecimento dos seus direitos sociais. Através da conscientização das causas da segregação social se elaborariam projetos a serem desenvolvidos na luta pela moradia e pela posse da terra. Sendo durante o processo de luta que seriam aclaradas as possíveis formas de apropriação da cidade pelos grupos sociais.

Em Dandara, depois da ocupação de todo o lote, iniciou-se um longo processo jurídico junto à Defensoria Pública do estado, visando a permanência dos moradores naquele espaço. Nesse período, quando eles já estavam devidamente assentados em seus lotes, teve início a segunda fase do processo: a construção de pequenos barracos de alvenaria. Impedidos pela Polícia Militar de entrar na ocupação com qualquer material construtivo, os moradores usavam algumas estratégias, tais como levar tijolos e sacos de cimento em carrinhos de bebês empurrados por jovens garotas ou mulheres que simulavam passear com seus filhos. As casas, elemento fundamental na constituição da luta pela permanência no espaço, eram levantadas debaixo das lonas pretas e vinham a público somente quando já colocadas de pé. Todo o processo realizado na ocupação Dandara pelas Brigadas Populares contou com o apoio dos Arquitetos Sem Fronteira, tendo a frente Tiago Castelo Branco, convidado pela militância a prestar assessoria técnica ao projeto urbanístico da ocupação.

4.3 Minha Casa Partilhada?

Desde das primeiras reuniões interessados em ocupar um lote no terreno foram convidados a participarem da elaboração do plano urbanístico da ocupação. Tal ideia, que tem como propósito romper com a noção de espaços concebidos exclusivamente por técnicos que não irão habitar o espaço projetado, convida aqueles que irão desfrutar do ambiente a discutirem as soluções que melhor os atendem (KAPP et al. 2008).

No entanto, a situação que fez emergir a primeira controvérsia entre moradores da ocupação e as lideranças dos movimentos vincula-se ao projeto urbanístico realizado em Dandara. A primeira opção apresentada pelos arquitetos envolvidos na realização do plano urbanístico foi a de parcelamento do solo em terrenos de mil metros quadrados, compartilhado por 8 núcleos familiares. Cada um desses núcleos familiares, segundo o projeto, disporia nesse terreno de 125 metros quadrados de área particular, e utilizaria algumas áreas comuns. Contudo, tal proposta enfrentou resistência dos moradores já na primeira vez em que o projeto foi apresentado nas reuniões e aqueles moradores encontravam sitiados em uma pequena fração do terreno. Esta primeira ideia tinha como

proposta o respeito a legislação em vigor que estabelece tais dimensões para um loteamento na Área de Diretrizes Especiais (ADE) da Pampulha⁶⁸, podendo haver mais de uma área residencial no local, desde que observada a distância de 120 metros entre uma unidade habitacional e outra. Portanto, nos limites compreendidos de 1000m², seria possível alocar oito unidades habitacionais de 125m². Assim, respeitando a legislação e a necessidade de assentar as 1000 famílias, a proposta encaminhada à assembleia foi a de construção dos lotes coletivos, onde as famílias fariam uso de algumas áreas em comum⁶⁹. Segundo Tiago (e outros militantes entrevistados), a proposta do lote coletivo traria algumas vantagens técnicas, como o uso de menos ramais para água e esgotamento sanitário, o que possibilitaria o alargamento das vias públicas, como no desenho abaixo:

Mapa 1 - Croqui do terreno parcelado em lotes de 1000m²

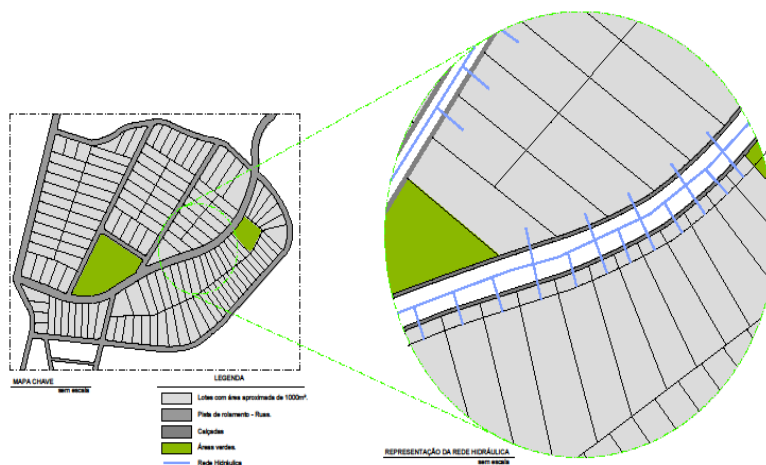


Fonte: Elaborado por Camila Kissi

⁶⁸ Legislação em vigor no ano de 2009.

⁶⁹ A definição de quais áreas seriam de uso comum não chegou a ser discutida.

Mapa 2 - Croqui do terreno parcelado em lotes de 1000m² (rede hidráulica)



Fonte: Elaborado por Camila Kissi

A proposta da divisão do terreno em lotes coletivos, embora defendida pelas Brigadas Populares, foi colocada na berlinda após a descida dos moradores para ocupar frações maiores do terreno. Nesse momento, os ocupantes demonstraram pouco ou nenhum interesse na proposta realizada pelos militantes e pelo corpo técnico responsável pelo projeto. Todos manifestaram o desejo que o terreno fosse partilhado em frações menores, configuração a qual todos estavam mais familiarizados. A proposta de lotes coletivos consistia no atendimento, aos olhos da militância, de um elemento capaz de justificar a ação de ocupação. Tendo em vista que a disposição dos moradores em fazer uso comum do terreno, aos olhos da militância isso poderia facilitar a construção de um argumento jurídico em torno do uso do terreno conforme a função social da terra. Do ponto de vista técnico, a construção do lote de 1000 metros quadrados consistia em outro elemento de facilitação para uma futura regularização fundiária pelo respeito estrito à legislação em vigor. Mas as justificativas técnicas e jurídicas pela opção do lote coletivo não encontraram eco nas pretensões que os moradores tinham para aquele espaço, já que se fazia bem presente entre eles a ideia de possuírem finalmente um lote onde poderiam ser observadas as fronteiras entre um terreno e outro, com a casa se encontrando bem inserida nos limites de seu próprio

terreno. A situação vivida pela militância e corpo técnico, de um lado, e aqueles que de fato usufruíram do terreno, de outro, foi o primeiro desacordo entre a intencionalidade técnica e a vivência experimentado pelos envolvidos na ação de ocupação (KAPP et al, 2008).

No entanto, foi justamente deste desacordo que surgiu a proposta do lote individual formulada a partir da resolução de Ronivon, um antigo morador e ex-coordenador de setor. Proposta acolhida pelos demais moradores e, com isso, os arquitetos refizeram o Plano Urbanístico, buscando uma solução que encontrasse amparo legal e, ao mesmo tempo, contemplasse os interesses dos moradores. Diante da controvérsia gerada, os arquitetos envolvidos na elaboração do Plano Urbanístico da Ocupação decidiram abandonar a legislação municipal de Uso e Ocupação do Solo⁷⁰ em favor da Lei 6766/1979, que dispõe sobre as dimensões mínimas de um lote em território nacional: 125m². Seguindo a lei federal como parâmetro, a equipe responsável pelo Plano Urbanístico chegou ao valor de 128m² por lote, com a diferença de apenas três metros dos valores mínimos estabelecidos em lei.

O parcelamento do lote em frações menores acabou por gerar várias áreas residuais que geraram, por sua vez, outros pequenos lotes, ou foram incorporadas aos lotes existentes.

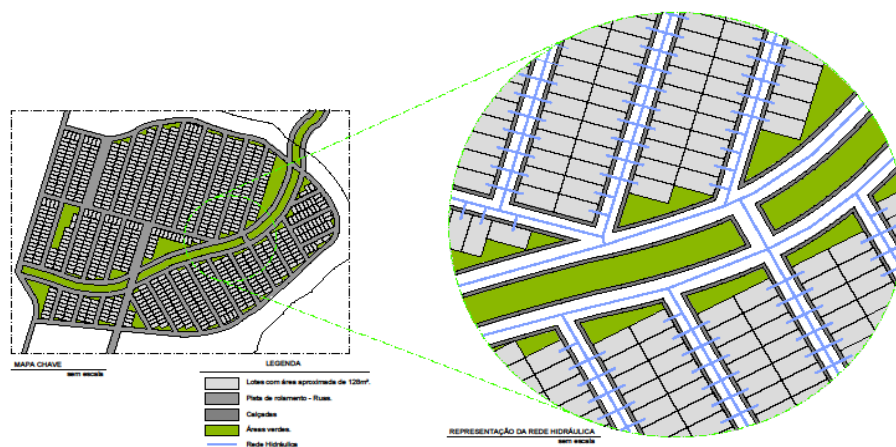
⁷⁰ Cabe à lei de uso e ocupação reger as formas permitidas de ocupação do solo, dividindo-as em zoneamentos de acordo com as suas características.

Mapa 3 - Croqui do terreno parcelado em lotes de 128m²



Fonte: Elaborado por Camila Kissi

Mapa 4 - Croqui do terreno parcelado em lotes de 128m² (rede hidráulica)



Fonte: Elaborado por Camila Kissi

A proposição da divisão comunal do terreno, a partir de argumentos técnicos que visavam otimização da área construída e a diminuição dos custos, e que não encontrou ressonância nos moradores, conforme dissemos, foi assim compreendida pelo arquiteto Tiago:

[Com o lote individual há uma] diminuição do número de casas. O lote o quê que é? Uma porção de terra, com uma entrada voltada para a rua pública. Então, o poder público tem que dar conta até a entrada do lote. Do lote para dentro, cada um resolve o seu problema. Então, isso otimiza. Deixa a infraestrutura urbana, a mesoestrutura urbana mais barata. É diferente do que acabou sendo feito lá. Eu vou te explicar, porque isso foi um dos argumentos. O que foi que aconteceu? Nós fizemos o lote coletivo, quando eles começaram a negociar como seria esse lote coletivo, até que os moradores começaram a ter alguns conflitos-- 'Eu vou ter que negociar com o meu vizinho, como é que vou ter que resolver as coisas...'

Ricardo, morador da ocupação, embora fosse favorável à ideia, afirma que isso acabaria com a privacidade, além de favorecer conflitos decorrentes de possíveis diferenças de temperamento entre os habitantes de um mesmo terreno:

Eu particularmente, gosto da ideia, as pessoas aqui gostam de uma festinha. Mas, o lote individual te dá mais privacidade. Porque tem pessoas que gosta muito da liberdade, eu ligo o meu som em casa e ouço as músicas que quero tranquilo. Aí eu gosto de um tipo de música, meu vizinho gosta de outro tipo. Estou dando exemplo, assim, do cotidiano.

Rafael Bittencourt por seu turno, destaca o aumento da violência e a dificuldade em se desconstruir a propriedade enquanto valor a ser conquistado:

[...] como você desconstrói a necessidade de se ter um espaço individual ?Ter o seu reino, onde você faz o que quiser? Mas, o principal, aspecto das reclamações em se fazer a opção pelos lotes coletivos, era a insegurança. Há essa dimensão. As pessoas vivem num contexto de grande violência cotidiana, em grande parte dos territórios periféricos do Brasil. Violência do Estado, violência do vizinho. Não existe uma cultura de resolução dos conflitos que nasce através do diálogo, através de outras mediações, a violência ela é muito presente e é utilizada como primeiro recurso na resolução dos conflitos.

Passados oito anos do início da ocupação e da tentativa de se instituir os lotes coletivos, militantes das Brigadas e arquitetos assumem que a ideia levada à assembleia não havia sido previamente discutida com os moradores. A proposta do parcelamento do solo em áreas comuns acabou por contribuir para desvelar a plêiade de interesses envolvidos na realização daquela ocupação. A proposta dos lotes coletivos, derrotada

pelos moradores na assembleia é ainda apontada por Tiago e pela militância dos movimentos sociais⁷¹ como aquela que reuniria forte argumento político e jurídico na defesa pela permanência dos ocupantes. Uma vez que a construção de lotes comunais, colaboraria para a construção de uma narrativa política e jurídica em que a necessidade de morar e a impossibilidade de conquistar essa moradia via canais oficiais se sobreporia a alguma intenção nutrida pelos moradores em fazer dali espaço de moradia como valor de uso.

Entretanto, a ocupação surge para muitos daqueles que optaram por residir naquele espaço como a possibilidade efetiva da conquista “do teto sobre a suas cabeças”. É importante ressaltar que as pessoas que decidem por ocupar um terreno muitas vezes têm trajetórias marcadas por moradias em sistema de coabitação, de aluguel (cujos valores não se justificariam em muitos casos em razão das más das condições dos imóveis), por moradias em situação de risco. É comum, ainda, que os participantes das ocupações venham dos aglomerados, lugares que, devido à ausência de planejamento urbano, contam com arruamentos precários e casas que não respeitam os limites estritos entre uma unidade e outra e às vezes nem mesmo entre o espaço público e privado. Tal situação é, em geral, percebida pelos moradores como degradante e potencialmente conflitiva tendo em vista a necessidade muitas vezes de estabelecer acordos entre aqueles que dividem o espaço comum.

Apesar do discurso comum das lideranças e moradores de uma população que proveniente dos “quatro cantos da cidade”, a maior parte das pessoas que reside em Dandara são oriundas do bairro Céu Azul e da Vila Bispo de Maura. Se, para quem vem do bairro Céu Azul, a motivação para a mudança decorre dos altos preços dos aluguéis, os antigos moradores da Vila, afirmam que mudar para Dandara é migrar para um espaço que conta com planejamento urbano elaborado por técnicos e, por isso, mais qualificado. Mesmo que hoje a ocupação não conte com a prestação de serviços públicos como água, luz e saneamento básico, tampouco com o reconhecimento por parte do poder público da sua existência, essa situação é entendida como provisória pelos moradores, que creem que isso vai mudar e em breve Dandara será um bairro, regularizado, com água e luz.

⁷¹ Falo em movimentos sociais, no plural, em razão da Ocupação Dandara ser resultado da ação conjunta do MST e Brigadas, tendo o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra exercido papel significativo nos desígnios daquele território durante o primeiro ano de existência.

Nesse sentido, a opção dos moradores da Vila Bispo de Maura em se mudar para ocupação Dandara é feita como uma tentativa, nem sempre exitosa, de superação do estigma de favelado. O estabelecimento da moradia em um local que, a despeito de estar juridicamente irregular, respeita as normas construtivas, surge como símbolo maior da conquista do seu lugar no mundo, do passo dado em direção a uma pretendida cidadania. Quando questionado sobre a razão de se mudar para Dandara, onde não há saneamento básico e prestação de nenhum serviço urbano, e abandonar sua casa na Vila Bispo de Maura, favela vizinha à ocupação, mas que conta com a prestação destes serviços urbanos, seu Orlando salientava:

Na Vila tem vários lugares que não teve esse planejamento, de lotes aqui da comunidade, aqui são todos da mesma metragem, lá tem becos, e aqui nós temos um Plano urbanístico, que algum dia o poder público reconhecerá.
[Pablo:] E lá na Bispo tem saneamento básico?

[Orlando:]. Tem água, tem luz, pode dizer hoje, que a Bispo tem tudo.

E quando pergunto sobre a diferença entre residir na ocupação Vila Bispo de Maura e na Dandara, Seu Orlando diz:

Quando eu tinha quarenta anos sofri um infarto, e fiquei internado alguns dias. Quando recebi alta, a médica me falou: “agora, o senhor vai para casa, o senhor não pode ficar subindo escada”. Quando ela falou isso, eu falei; “oh, doutora, então eu não posso ir para casa, porque para chegar em casa eu preciso descer duas escadarias”. Então para mim aqui é não ter que descer uma escada. Se eu tiver um problema de saúde, a ambulância chega lá na porta.

Figura 11 - Foto dos postes com as ligações clandestinas de luz.



Fonte: Daniel Cruz, 2016

Figura 12 - Foto das ruas sem asfaltamento da Ocupação Dandara.



Fonte: Daniel Cruz, 2016

Para Lucio Kowarick (2009), a questão habitacional não deve se limitar à provisão de moradias, mas o fomento de unidades habitacionais deve ser relacionado aos fatores extensivos à qualidade da habitação vinculadas à localização e à existência de equipamentos urbanos, fatores que têm impactos decisivos sobre o sucesso de uma política habitacional. Nesse sentido, a ocupação Dandara encontra-se em um espaço privilegiado, pois está inserida na malha urbana do município de Belo Horizonte e serve-se de linhas de ônibus que permitem acessar os corredores urbanos, possibilitando integração com os bairros ao redor.

Uma das moradoras mais antigas da ocupação é Sônia. Quando me recebeu para a entrevista, perguntou antes de tudo sobre o propósito da entrevista e colocou uma condição para conversarmos: que eu não lhe pedisse para contar sobre o surgimento da ocupação, pois a luta para permanecer naquele território foi muito sofrida e havia chegado o momento de a ocupação olhar para frente, pleitear recursos municipais, buscar outras formas “menos agressivas” que o fechamento de ruas para se fazer ouvir. Para ela, Dandara agora deveria deixar de lado o enfrentamento ao Estado. Sua preocupação durante a entrevista era em relatar, com indisfarçável orgulho, a formação da associação de bairro, associação comunitária que substituiria as coordenações de

setor, modelo que ela considera ultrapassado, já que Dandara não é mais uma ocupação, mas um bairro, assim, era necessário olhar para o futuro.

Durante a entrevista, era nítida ainda o esforço de Sônia em se distanciar das organizações que forjaram a Ocupação Dandara – e das quais ela fez parte. Ao mesmo tempo, pareceu que queria enfatizar as conexões da Associação com a Prefeitura de Belo Horizonte (via Regional Pampulha) ao mesmo tempo em que estabelece conexões que a ligam a Regional, que, de acordo com ela, contribuíram para que a Ocupação integrasse o Orçamento Participativo do município.

Aqui, antes de mais nada estamos lidando com aquilo que é de conhecimento social e alvo dos seus desejos em relação ao que é desconhecido, ou então sinônimo de uma vivência não desejada. Moradores de ocupação, como o relato exposto na primeira parte deste capítulo, são marcados por trajetória nômades, na qual viver em que a situação de coabitação proposta pelos técnicos como alternativa seria justamente a recair na situação a que levou muitos deles a fazerem a opção pela ocupação. O compartilhamento do espaço, a impossibilidade de uma vida privada é entendida por eles como sendo o sinônimo de uma vida precária. O lote individual a propriedade privada configura-se em um bem, sinônimo de estabilidade financeira (por colocar fim ao pagamento de aluguel), dinheiro que pode ser alocado na melhoria do imóvel, outros bens, alimentação, ou mesmo aumento de patrimônio. A migração de muitos das favelas se deve em grande medida à percepção de que este espaço é a maior expressão de uma vida precária, em que as construções aglomeradas e a situação de coabitação são desqualificadoras, mesmo quando esses territórios contam com a prestação de serviços públicos. As favelas são aquilo que os moradores das ocupações tentam a todo momento se distanciar. E nesse sentido, a execução do Plano Urbanístico cumpre função primordial ao possibilitar aos moradores das ocupações a existência da execução técnica, o que as diferenciaria frente às favelas ou a outros destinos que rondam esta fatia da população. As ocupações surgem como a possibilidade de ganhos econômicos ou de incremento ao patrimônio aos olhos dos moradores por justamente contar com apoio técnico na sua execução.

Assim, se por um lado, a questão da partilha do lote é algo valorizado pela ideologia das Brigadas, por outro lado, vimos que do ponto de vista dos moradores, com suas trajetórias e vivências específicas, a questão do "compartilhamento" não detém o mesmo sentido. Esse conflito de percepções está presente na Ocupação Dandara. Se para os primeiros, a Ocupação é um território de experimentações e fermentações com

vistas a transformações radicais futuras, para grande parte dos ocupantes de fato a Ocupação é literalmente um território existencial que aponta para uma vida mais digna de ser vivida, mesmo que isso implique, talvez para a desilusão de alguns, uma recusa mais ou menos constante em partilhar "comunalmente" os mesmos espaços. O que talvez diga respeito, ao fim e ao cabo, a uma concepção do que é 'comum' que pode não ser a mesma para esses diferentes atores. Se for assim, a recusa de uma determinada noção de "partilhado" pode significar outra coisa que a valorização imediata, por parte dos moradores, de determinados aspectos caros ao capitalismo e à propriedade privada. Outro sentido de 'comum' talvez seja possível – e talvez ele esteja além (ou aquém) do que determinada ideologia política supõe compreender.

Figura 13 - Área lateral ao Centro Comunitário Professor Fábio Alves.



Fonte: Daniel Cruz, 2016

4.4 A casa como propriedade mercantil

Como vimos, grande parte dos moradores das ocupações tem sua trajetória de vida marcada por mudanças constantes. Em geral, essas mudanças têm início na migração familiar do interior para a metrópole e, posteriormente, por sucessivas trocas de endereço no espaço citadino, e, em muitos casos, em locais onde não há prestação serviço público. Nesse contexto, a casa na ocupação surge como a possibilidade de ascensão social por meio do imóvel próprio.

Tiago reproduz uma conversa que teve anos atrás com um morador da Dandara, que entende a ocupação como um condomínio:

... ele falou sobre o processo de valorização imobiliária que a presença da gente ali gerou⁷². Na favela, o barraco custa tanto. Dentro da ocupação ele vai custar mais. Sabe aquela ideia que a gente aprendeu desde criança, com seu pai negociando imóveis, porque aquilo que era riqueza, eles vão trabalhar também com essa ideia. E a gente fez o quê? Ofereceu isso. [...] eu acabei reforçando os valores do próprio capitalismo. Os valores individuais... e não fiz por mal. Isso é inerente a ela. A minha profissão atende a isso.

Quanto aos moradores, é comum que eles não desejem fazer daquele lugar "uma favela". Em vários momentos os moradores demonstraram esse temor. Em um final de semana quando lá cheguei vi de longe certa movimentação na ocupação. Moradores estavam fazendo canteiros no centro da pista. Eu de imediato acreditei que a intenção era de dividir a pista em duas e assim facilitar a entrada e saída dos automóveis. Quando perguntei a um morador tive uma surpresa. A preocupação era de impedir a entrada de novos moradores. E assim desfigurar o Plano Urbanístico aproximando aquilo de uma favela.

A assessoria técnica realizada pelos arquitetos surge como elemento que qualifica o território frente a outras possibilidades de moradia à disposição dessa população. Quando iniciava a pesquisa de campo, um morador me acompanhou e me apresentou todo o território. Em certo momento, ele começou a me mostrar as casas que se encontravam dentro da perimetral, como casas pertencentes à ocupação inicial e as casas fruto de ocupação recente, algumas não respeitando o distanciamento legal à mata ciliar, às quais ele se referia como "invasão" — porque era um espaço entendido pelo morador como não pertencente à ocupação e, mais do que isso, como espaço que desconfiguraria o projeto realizado pelo Escritório de Integração. O receio dos moradores em geral, expressado por esta entrevista é que a ocupação, espaço que orgulham em dizer que foi planejado, chamando a todo momento a atenção para o respeito à observação das áreas de preservação ambiental, seja confundido com as favelas. E aqui fica clara a construção do que seria uma favela e como essa se opõe à ocupação, e tal oposição parece ser representada exatamente pela presença de um planejamento urbano.

⁷² Tiago se refere à presença dos arquitetos, dos alunos PUC e UFMG e da Organização Arquitetos Sem Fronteiras.

Nota-se, então, que esses espaços são ressignificados e pensados de forma diferente do espaço da favela, representada como lugar de casas aglomeradas e que, portanto, não permitem privacidade, até porque parece não haver fronteira entre um imóvel e outro. As ocupações — especialmente quando assessoradas por um corpo técnico de engenheiros e arquitetos como Dandara — surgem como possibilidade de romper com esse tipo de moradia e de construir em lotes que estão em acordo com a legislação municipal e/ou federal, ainda que apenas em relação às dimensões do lote e do espaço para circulação viária. Alguns entrevistados de Dandara colocam, então, que sair de um lugar com acesso a serviços públicos e se mudar para uma ocupação pode valer pela promessa de que futuramente as casas na ocupação tenham um valor superior às situadas nas favelas.

4.5 Ocupação: devir bairro ou espaço de resistência?

Segundo Michel Agier (2015), os guetos não devem ser pensados como partes eventualmente marginais da tessitura urbana, mas como processos inéditos de formação do espaço cidadão, cujas raízes estariam nos campos de refugiados, acampamentos informais e toda sorte *fora de lugar* tendo a função de refúgios” (AGIER, 2015, p. 33) nos quais a população acampada transformaria os espaços de confinamento em espaços urbanos aos quais estariam submetidos às demandas de suas relações de proximidade e a seus recursos a fim de garantir a sobrevivência no local (BIRMAN et al., 2015).

É possível pensar o início de Dandara, construída por meio da mobilização das Brigadas Populares, do MST e dos primeiros moradores, a partir da ideia de “fazer a cidade” um espaço que se encontra em constante movimento que surge desde do primeiro momento como um produto a ser feito e, como tal, sujeito aos desígnios dos atores interessados em fazê-lo (AGIER, 2015) . E se a noção de coletivismo era muito forte no primeiro momento, período em que o enfrentamento contra o Estado e a necessidade de se contrapor se fazia necessária, uma vez arrefecido esse embate e à medida que a ameaça de despejo já não se faz tão presente, parece que o conflito com o “inimigo externo” dá lugar às disputas internas, entre os moradores, militantes ou não.

A minha entrada em campo se deu justamente no período de transição do modo como os moradores de Dandara se relacionavam com o seu entorno. Nos primeiros anos, o que dominava naquele espaço era incerteza em relação ao futuro da Ocupação.

Os moradores viviam sob uma tensão permanente em face do risco próximo da violência, da destruição e da expulsão. Quando cheguei, os antigos vínculos de ajuda mútua entre os moradores e desses com os coordenadores estavam se desfazendo. Na pesquisa de campo pude notar que o discurso engajado (atrelado ao do movimento de luta por moradia) estava se diluindo, e dava lugar aos desejos mais individuais – partilhados ou não – das pessoas que habitam o espaço. A estabilidade da Ocupação, representada pela diminuição do receio em relação a uma possível desocupação, fez com que muitos daqueles que anteriormente se envolviam nas lutas pela permanência naquele espaço se afastassem das lutas coletivas. Há de se destacar, portanto, que os sujeitos envolvidos na ação de ocupação e aqueles que posteriormente vieram a integrar são distintos em suas experiências e posicionamentos.

Figura 14 - Centro Comunitário Professor Fábio Alves.



Fonte: Daniel Cruz, 2016

As ocupações constituem para as Brigadas Populares uma espécie de laboratório, alternativa de formação social que faria frente à sociedade de tipo capitalista, apontando, ainda que no discurso, para uma sociedade que se deseja ter no futuro. A organização da ocupação seria realizada pelos moradores de forma autogestionária, sem líderes, representantes ou qualquer hierarquia entre os seus componentes. Um espaço com decisões tomadas horizontalmente, em assembleias. Entretanto, apesar do discurso

da militância, o que pude observar ao longo de minha pesquisa é que a defesa da construção de um espaço de heterotopia parece não encontrar eco na vontade daqueles que lá residem.

Em 16 de março de 2011, o Jornal *O Tempo* publicou uma reportagem intitulada *Sem-teto negociam lotes em acampamento por até R\$ 12 mil* em que relatava a venda de lotes na ocupação. Parte da militância decidiu lançar uma nota de esclarecimento, na qual se contrapõem às afirmações feitas pelo jornal, pontuando cada uma delas. Tais afirmações vão desde o uso irregular da energia elétrica, e da rede de abastecimento hidráulica, passando pela não observância à legislação ambiental, até a venda de lotes – o que pode ser visto como o *tendão de Aquiles* das ocupações urbanas.

Apesar de grande parte dos moradores que ali foram residir conhecerem o Regimento Interno, não se pode dizer que haja observância às regras. Quando tive a oportunidade de perguntar aos dirigentes das ocupações sobre a venda de lotes, eles afirmaram que esse comércio estaria vinculado à “especulação imobiliária de baixa intensidade”, comum nos circuitos periféricos das metrópoles urbanas. Isso quer dizer que quando moradores de Dandara e das demais ocupações vendem suas casas, cobriam apenas pelo material de construção utilizado para levantar o imóvel e não por uma possível valorização. Quando perguntei sobre isso para uma moradora — uma das primeiras a residir na ocupação — ela prontamente respondeu: “Não sou papai-noel! Aqui não havia nada, nós construímos tudo aqui. Isso que você está vendo”.

A despeito do desejo das Brigadas Populares em construir naquele espaço um território propício a práticas coletivas com clara intenção de se contrapor à lógica capital-especulativa, as ocupações não se efetivam como espaços imunes a lógica do mercado. O que se nota é o contrário disto. A constituição de um espaço elaborado por técnicos que observam regidamente as Diretrizes de Uso e Ocupação do Solo acabam por transformar as ocupações — mesmo quando não tão bem inseridas na malha urbana — como Dandara em espaços distintos daqueles situados em regiões periféricas da cidade. Fazendo dele potencialmente atrativo ao mercado informal de compra e venda de imóveis, dentre as opções disponíveis à população que se encontra à margem do mercado formal de compra e venda de imóveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a Ocupação Dandara em Belo Horizonte, um assentamento urbano forjado pelas Brigadas Populares. Movimento pró-moradia, que busca, por meio da ação de ocupação de terrenos públicos ou privados que possuem dívidas com um dos entes federativos promover oportunidades de moradia para os segmentos da população de baixa renda.

Assim, a Ocupação surge como uma forma de resistência a essa situação de invisibilidade vivida pelos segmentos de mais baixa renda. Nesse sentido, faz parte das alternativas de moradia encontradas por essa população – as favelas, os loteamentos irregulares em espaços periféricos da cidade – e as ocupações urbanas ação política de interpelação ao Estado, com vistas a se fazer cumprir um direito social básico de acordo com a Constituição Federal.

Os processos de ocupação não devem ser entendidos como resultantes de ações isoladas, mas devem ser pensados como inseridos em um escopo de práticas que ganharam força a partir dos anos 1980, no período da redemocratização no Brasil, passa pela promulgação da nova Constituição, e se estende até 2001 com a efetivação do Estatuto das Cidades, tido pelos movimentos sociais de luta por moradia como marco regulatório da política urbana no país (ROLNIK, 2011).

Em Belo Horizonte, salvo duas ocupações ocorridas nos anos 1990 (Corumbiara e Torres Gêmeas), essa modalidade de luta política ganhou relevância política somente na segunda metade dos anos 2000, sobretudo com o surgimento das Brigadas Populares, coletivo político de extração marxista que busca criar em espaços fundiários devolutos dispositivos urbanos de resistência à lógica capitalista, ao mesmo tempo em que almeja sua regularização junto ao Estado (BIRMAN *et al*, 2015). Nos termos de Boaventura de Souza Santos (1990), seu campo de ação procura incidir onde a luta dos movimentos por moradia estaria entre a emancipação e a efetivação dos direitos sociais estabelecidos como básicos, isto é, no limite tenso onde a ocupação de um terreno com o objetivo de fazer cumprir a função social se encontraria entre a luta utópica pelo direito à cidade e a luta pela moradia.

Foi observado que, em um primeiro momento da organização social, a identidade “brigadista” demonstra ter significativa importância na construção de um

sentimento de pertencimento ao local, bem como de ligação com os outros membros (ajudando a compor um “nós” brigadista ante aos "outros" – o Estado) (COSTA, 2006). Tal sentimento de pertencimento é vivido e reivindicado pelos moradores na realização dos atos políticos com vistas a conquista das demandas – seja ela expressa no atendimento em postos de saúde, acesso a escolas públicas, a linhas de ônibus, a coleta de lixo etc. Esse engajamento, descrito sobretudo pelos moradores mais antigos, é apresentado em seus relatos como sendo a potência da Dandara, que expressaria a sua força organizacional através da solidariedade construída durante o período em que a ocupação foi fixada.

Além disso, buscamos mostrar que as tensões em relação ao "exterior" e a ameaça de desaparecimento vão diminuindo em razão do tempo em que se está fixado no campo. No espaço de ocupação que constitui Dandara, pode-se observar a transformação da organização social daquele território, tanto no que se refere aos aspectos construtivos, quanto em relação à emergência de uma história própria. Nesse sentido, pesquisa em questão abordou os distintos interesses averiguados entre os promotores do assentamento da população carente naquele espaço e aqueles manifestados pela população que o habita após seis anos de sua fixação no território.

Também tivemos a oportunidade de descrever os conflitos desencadeados a partir de processo de parcelamento do solo. A importância deste fato se faz presente na medida em que ele permite acompanhar a emergência de outros desejos, outros valores, muitas vezes distantes daqueles pretendidos pelos militantes. Assim sendo, a pesquisa permitiu observar as dinâmicas existentes naquele território, sendo possível avançar o argumento segundo o qual a emergência de outras possibilidades de morar faz com que os moradores novos e antigos se oponham em relação aos projetos que ambos têm para aquela ocupação, ainda que as Brigadas Populares possuam de fato um projeto político no qual os moradores cumprem papel fundamental na luta pela conquista do território, Isso não impede que brigadistas moradores desejem manter estreitos laços com as Brigadas, mas, no entanto, tal ideia não parece tão vinculada à concepção brigadista de uso coletivo do território; posto que, tal situação se mostra também perpassada por disputas efetivas de poder, em que os coordenadores vivem o declínio do poder exercido diante de formas organizativas de tendência mais burocrática, e menos presentes na vida dos moradores, como é o caso da Associação de bairro que atua em Dandara.

No que tange à composição dos atores, procurou-se notar que as Brigadas são compostas em sua grande maioria por jovens universitários de formação marxista, mas com trajetórias muito distintas dos moradores que habitam a ocupação. Tal fato acaba por manifestar no conflito gerado em relação aos projetos que moradores da ocupação, de um lado, e os brigadistas e técnicos, de outro, nutriam para a constituição daquele território. Procurei inferir, a partir daí, que as concepções desses últimos, mesmo que justificáveis do ponto de vista técnico, político ou jurídico, apresentam certas dificuldades em acompanhar e em apreender em outra chave, o leque de opções possíveis de serem alcançadas por essa fatia da população. Tal situação por vezes onera seu projeto da constituição de um espaço em que poderiam ser vividas experimentações, mantendo-o no plano do ideal, dimensão legítima da constituição de um espaço sonhado pelos militantes, mas que se mostrou, em variadas ocasiões, distante dos objetivos da maioria dos ocupantes.

Estamos diante de uma diferença radical de pressupostos onde a luta política não expressa somente contra um elemento externo de opressão, violência, exploração – seja por uma elite econômica ou pelo Estado – mas, se dão diante do desejo autonomia que a comunidade estabelece sua agenda política deriva potencialmente no desenvolvimento de segmentações internas que não necessariamente tem a ver com todos os pressupostos, agendas, valores e reivindicações políticas tomadas como fundamentais pelos integrantes das brigadas (ou outros militantes de modo geral). Fazendo com que em muitos casos haja, na realidade, um choque de ideários entre esses agentes.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana dos espaços precários in: BIRMAN, Patrícia. *et al.* Dispositivos Urbanos e trama dos viventes: ordem e resistência. Rio de Janeiro, FGV, 2015.

AGIER, Michel. Do direito à cidade: ao fazer cidade. O antropólogo, a margem e o centro. MANA 21(3): 483-498, 2015 (mimeo);

ALVARES, Lúcia Capanema e BESSA, Almarino Mol. Movimentos Sociais em Belo Horizonte: associativismo e conflito como forma de recriação da esfera pública no campo habitacional (2006 -2010). Trabalho apresentado no XIV Encontro nacional da ANPUR realizado no Rio de Janeiro/ RJ, Brasil. Maio de 2011.

ALVES, Cristina Guimarães (2015). A nova capital entre o urbano e o rural dualidade da cidade moderna. (mimeo),

ARANTES, P. F.; FIX, M. (2009). “Minha Casa, Minha Vida”, o pacote habitacional de Lula. *Correio da Cidadania*. Disponível em <<http://www.correiodacidade.com.br/content/blogcategory/66/171/>> Acesso em 25/01/2015

AZEVEDO, Sérgio e ANDRADE, Luís Aureliano Gama de. Habitação e Poder: da formação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. ZAHAR Editores., Rio de Janeiro, 1982. 135p

AZEVEDO, Sérgio. (1988). Vinte e dois anos de política habitacional popular (1964-1986): Criação, trajetória e extinção do BNH. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 22(4): 107:119.

BACELETE, Livia. Em Belo Horizonte, ocupação Dandara desafia especulação imobiliária há três anos. CARTA MAIOR . 30/08/2012. Disponível em <cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Em-Belo-Horizonte-ocupacao-Dandara> Acesso em 20/02/2015

BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular 1993/1996. 2005. (mimeo)

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte - PBH; Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL. Cadastro das Famílias de Corumbiara, 2009. (mimeo).

BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2010. Disponível em:<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=regulacaourbana&tax=15241&lang=pt_BR&pg=5570&taxp=0&> Acesso em 16 de setembro de 2015.

BIRMAN, Patrícia. Ocupações: territórios disputa, gêneros e construção do espaço comum in: BIRMAN, Patrícia. *et al.* Dispositivos Urbanos e trama dos viventes: ordem e resistência. Rio de Janeiro, FGV, 2015.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da Habitação Social no Brasil. *Análise Social*. Vol. XXIX (127), 1994 (3º.) 711-732, 1982

BONDUKI, Nabil Georges. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. *Teoria e Debate*. Ed. 89. Maio de 2009.

BUONFIGLIO, Leda Velloso. O resgate do centro de Porto Alegre: a luta dos sem-teto pelo direito à moradia. Dissertação (Geografia) Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. ; ARAUJO, F. S. Habitação de Interesse Social: Política ou Mercado? Reflexos sobre a construção do Espaço Metropolitano In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Política Habitacional no Brasil: balanço e perspectivas, ano 2008. Disponível em :
http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/adauto_polhab_brasil.pdf
Data de acesso: 14 de junho de 2015

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever in O trabalho do antropólogo, Brasília, Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000. 220p.

CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis, Editora Vozes, 1998

COSTA, Delaine Martins. Das múltiplas possibilidades de participação popular: considerações a partir de uma etnografia na Câmara Municipal do Rio de Janeiro – “1997-2000”. In: BRITES, J. e C. FONSECA (org). Etnografia da participação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. pp. 80-108.

DENALDI, Rosana. Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses. 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2003

DUARTE, Regina Horta. À sombra dos fícus: cidade e natureza em Belo Horizonte. *Ambiente & Sociedade*, v. X, n. 2, p. 25-44, 2007.

FERNANDES, Edésio. Do código civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In VALENÇA, Marcio (org.). Cidade (i)legal. Rio de Janeiro, Mauad X, p. 43 – 62, 2008.

FERNANDES, Francisco André Silva: “ Vivendo e aprendendo a jogar”: dimensões formativas das experiências participativas de ação coletiva e militância de jovens em

uma ocupação urbana de Belo Horizonte. (Tese) Faculdade de Educação, Belo Horizonte, MG, 2016.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional no Brasil 2013. Belo Horizonte, 2015.

JUNGES, Márcia. Ocupação Dandara: "quem está usufruindo e dando função social é o legítimo dono". Entrevista especial com Maria do Rosário de Oliveira Carneiro. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/518045-ocupacao-dandara-o-imperativo..> Acesso em 20 fev 2015-09-21

KAAP *et al.* Arquitetura como exercício crítico : apontamentos para práticas alternativas (mimeo) acesso em 16 de janeiro de 2017.

KLINTOWITZ, Danielle. Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista? In Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 9 165-190, abril 2016

KOWARICK, Lúcio. A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAGO, Luciana Corrêa do; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A casa própria em tempo de crise: os novos padrões de provisão de moradias nas grandes cidades. In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano G. de (orgs.). A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.1996.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo, Editora Documentos, 1974.

LE VEN, Michel M. Classes sociais e poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914). Dissertação (Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1977

LEITÃO, G y DELECAVE, J. A luta pelo acesso à moradia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: a Vila Getúlio Cabral, Boletim Científico Sapiens Research, 2 (2), 58-64, 2012.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada, Ocupação Dandara e suas práticas culturais. Trabalho apresentado no XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, UERJ realizado no Rio de Janeiro/ RJ, Brasil. Novembro de 2013

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. Cidade Ocupada Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MARICATO, Ermínia. Política Habitacional no Regime Militar: do regime militar à crise econômica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

MARICATO, Ermínia. Habitação e cidade. Série Espaço & Debate. 3ed, São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado. Perspectiva, São Paulo, v.14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n 49, vol. 17, p. 11-29, junho 2002.

MELLO, Marcus André B. C. de. A formação de políticas públicas e a transição democrática: o caso da política social. Dados, vol. 33, no3. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990, p. 443-470.

MELLO, Paulo Freire & NETTO, G. A. M. O assentamento suburbano e a reforma agrária na atualidade brasileira. Disponível em: <<http://www.sober.org.br>> Acesso em: 09 mar. 2015.

MERCÊS *et al.* Moradia Popular Produzida Por Políticas Habitacionais: Impactos Socioeconômicos e Integração na Cidade Segundo a percepção dos beneficiários. Disponível: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4558>. Acesso em: 09/08/2015.

NASCIMENTO, Morado Denise As políticas habitacionais e as ocupações urbanas dissenso na cidade In Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 9 145-164. abril 2016

NOBRE, Eduardo A. C. Precariedade do habitat e política de habitação de interesse social: o caso da Grande São Paulo In: PEREIRA, P.C. X & HIDALGO, R. (eds.) Producción Inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile/FAUUSP, 245-256, 2008.

OCUPAÇÃO DANDARA ocupacaodandara.blogspot.com.br Acesso em 01/03/2015

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria e SARTI, Flávia Medeiros. A leitura entre táticas e estratégias? Consumo cultural e práticas epistolares. História da Educação, Pelotas. ASPHE/FaE/UFPel, v.14 n.31 195-217, 2010.

PEQUENO, Renato e ROSA, Sara Vieira Por que o Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Fortaleza In Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 190-217, abril 2016

PORTAL JORNAL ESTADO DE MINAS. Vizinhos das Torres Gêmeas festejam a remoção da última família que ocupava o imóvel. 19 de julho de 2012. Disponível em < http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/07/19/interna_gerais.306868/vizinhos-

[das-torres-gemeas-festejam-remocao-da-ultima-familia-que-ocupava-imovel.shtml](#) >
Acesso 15 de maio de 2015.

PORTAL JORNAL O TEMPO. Sem-teto negociam lotes em acampamento por até R\$ 12 mil Disponível em < <http://www.otempo.com.br/cidades/sem-teto-negociam-lotes-em-acampamento-por-at%C3%A9-r-12-mil-1.372410>> Acesso em 17 de julho de 2015.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos sem-teto no Rio de Janeiro. Polis. Revista de la Universidad Bolivariana. 9 (27), 293 -313, 2010.

ROLNIK, Raquel (1981), Cada Um no Seu Lugar ,dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo (mimeo.).

ROLNIK, Raquel (2011), 10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo Disponível em :
<<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>>
Acesso em 17/01/2015.

ROLNIK, Raquel (2015), Guerra dos Lugares: a colonização das terras e da moradia na era das finanças. 1 edição – São Paulo: Boitempo.

RUBIN, Graziela Rossato e BOLFE, Sandra Anna. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. Ciência e Natura.v.36. n.2.maio/agosto de 2014.p.201-213.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5ª. Edição. 2ª. Reimpressão. São Paulo. Edusp. 2009.

SILVA, Maria Ozarina da Silva. Política Habitacional Brasileira: verso e reverso. São Paulo. Cortez Editora, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa Notas sobre a história Jurídico-social de Passárgada. Em DE SOUSA JUNIOR, José Geraldo (org). O Direito achado na rua. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3 ed. 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa A gramática do Tempo. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. Identidades e Conflitos nas Ocupações Urbanas da Amazônia. Mercator. 9 (18), 81-92. 2010.

TELLES, Vera in KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco. São Paulo: Editora 34, 2009.

TOURNIER, M. Sexta-Feira ou os limbos do Pacífico. São Paulo: Difel, 1985.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. Analise Social. XXIX (127), 581-597, 1994.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Interurbano no Brasil. São Paulo. Estudo Nobel; FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1980

YOUTUBE: Data de acesso, 15 de outubro de 2015: Torres Gêmeas, BH, 16 de outubro, 2010 https://www.youtube.com/watch?v=_ccw1d8jud8

ANEXO

ANEXO I – Quadro de Entrevistas

Nome	Data da entrevista	Ocupação	Atribuições
Joviano Mayer	11/12/2015	Advogado	Militante não morador
Isabela Gonçalves	04/06/2015	Cientista Social	Militante não morador
Rafael Bittencourt	06/11/2015	Cientista Social	Militante não morador
Wagna Lima	04/04/2015	Desempregada	Militante e moradora
Felter Rodrigues	03/04/2015	Autônomo	Militante e morador
Angela Souza	03/04/2015	Aposentada	Militante e moradora
Sônia Costa	04/04/2015	Desempregado	Não militante e moradora
Seu Orlando	11/04/2015	Aposentado	Militante e morador
Humberto	25/09/2016	Desempregado	Não militante e morador
Flávia	07/07/2016	Desempregada	Não militante e moradora

Tiago Castelo Branco	06/10/2016	Historiador / Arquiteto responsável pelo Plano Urbanístico	Não militante e não morador
Luísa	09/04/2015	Desempregada	Não militante e moradora
Tiago Castelo Branco	06/10/2016	Pedreiro	Não militante e morador
Verônica	06/04/2015	Desempregada	Não militante e moradora
Ricardo	01/05/2015	Auxiliar de serviços gerais	Não militante e não morador